

SOCIEDADE CIVIL EM MACEIÓ/AL

Respostas solidárias à crise
da pandemia de Covid-19

RELATÓRIO TÉCNICO

NOVEMBRO 2020

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Leonardo Prates Leal
Maria Amélia Jundurian Corá
Luciana Santana
Emerson Oliveira do Nascimento
Renata Amorim Malta

REALIZAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL

REITOR

Josealdo Tonholo

VICE-REITORA

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

COORDENADOR DA PESQUISA

Leonardo Prates Leal

PESQUISADORES

Maria Amélia Jundurian Corá

Luciana Santana

Emerson Oliveira do Nascimento

TÉCNICA DE PESQUISA

Renata Amorim Malta

www.ufal.br

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE - IABS

DIRETORIA EXECUTIVA

Luís Tadeu Assad - Diretor Presidente

Lúcio Motta Fonteles - Diretor Administrativo-Financeiro

Alejandro Muñoz Muñoz - Diretor Técnico

Rafael Oliveira - Diretor Jurídico

Isabel Gouvea Ferreira - Diretora de Gestão de Projetos

www.iabs.org.br

COORDENADOR DA PESQUISA

Leonardo Prates Leal

PESQUISADORES

Maria Amélia Jundurian Corá

Luciana Santana

Emerson Oliveira do Nascimento

TÉCNICA DE PESQUISA

Renata Amorim Malta

ANALISTA TÉCNICO

Ivo Ian Leão Teixeira (IABS)

REVISÃO TEXTUAL

Melissa Curi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Javiera de la Fuente Castellón (Editora IABS)

Como citar: LEAL, L. P. et al., "Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19", Relatório Técnico. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 24 de nov. Ed. IABS, 2020.

Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19. Brasília: Editora IABS, 2020.

ISBN 978-65-87999-03-6

41 p.

1. Organizações da Sociedade Civil. 2. Solidariedade. 3. Covid-19.
I. Título. II. Editora IABS.

CDU: 316.3

364

37.06



SUMÁRIO

- 05** Apresentação
- 07** Nota metodológica
- 09** BLOCO 1 - Perfil e características das OSC
- 14** BLOCO 2 - Relações com governos e políticas públicas
- 18** BLOCO 3 - Percepção dos líderes comunitários sobre as medidas de proteção social e sanitária
- 21** BLOCO 4 - Ações de segurança alimentar e nutricional
- 22** BLOCO 5 - Trabalho e renda
- 25** BLOCO 6 - Percepção dos líderes comunitários sobre os impactos na educação e acesso à informação
- 27** BLOCO 7 - Percepção dos líderes comunitário sobre violência e segurança pública
- 32** BLOCO 8 - Desafios e perspectivas das organizações da sociedade civil
- 37** Desafios e recomendações
- 41** Referências bibliográficas

APRESENTAÇÃO

A crise pandêmica vivida em todo o mundo como resultado da contaminação do Sars-CoV-2, causador da Covid-19, tem produzido diferentes efeitos, conforme as distintas configurações das sociedades atingidas e o modo como cada uma delas tem reagido à crise em termos de ação pública e cidadã. No caso brasileiro, a crise pandêmica veio somar-se à crise política de uma sociedade profundamente dividida no pós-eleição 2018 e à crise social e econômica que já vinha agudizando-se nos últimos anos, tendo em vista o cenário de profundas desigualdades combinado com o aumento vertiginoso do desemprego, da precarização do trabalho e da erosão ambiental.

Adicionalmente, o padrão de coordenação das políticas públicas, previsto pela Constituição Federal de 1988, está desenhado no sentido de propiciar aos Estados, Distrito Federal e Municípios um direcionamento sobre ações na oferta de serviços elaborados no âmbito federal. Com a pandemia, entretanto, é possível observar que a ausência de uma coordenação do governo federal (Santana e Perez, 2020) inviabilizou o adequado enfrentamento da doença no país. Os governos subnacionais tiveram um papel muito importante com a adoção de medidas rápidas e necessárias, mas muitas vezes inviabilizadas em meio a um turbilhão de informações diárias que passaram a ser veiculadas e disseminadas para a população.

Diante desse contexto, as Organizações da Sociedade Civil (OSC), embora enfrentando dificuldades, passaram a realizar diferentes ações para mitigar os efeitos da pandemia no Brasil contudo enfrentam dificuldades para alcançar esse objetivo, tais como, capacidade instalada, recursos financeiros, mobilização local, pressão por demanda, escasso acesso às políticas públicas, informação adequada, entre outros. A atual conjuntura tem requerido maior atuação dessas organizações e, portanto, vale analisar a sua importância para minimizar os efeitos da pandemia e o seu papel de destaque ao lado das políticas públicas. Quais ações foram realizadas? Quais desafios enfrentaram? Quais as formas de interação com o Estado? Como tais interações estão ocorrendo?

A Covid-19 ampliou as condições de fragilidade social e econômica nas comunidades vulneráveis de cidades com grandes aglomerados urbanos subnormais e as OSC têm cumprido um papel destacável no combate às consequências da pandemia. Esta afirmação é reiterada pelas recentes pesquisas sobre os impactos do avanço da pandemia de Covid-19 (Rede de Pesquisa Solidária, 2020; Abers e Bülow, 2020; Leal e França Filho, 2020). Neste contexto, entender como as OSC têm reagido constitui reflexão importante tanto para conhecer a natureza das práticas que surgem, quanto para avaliar seu efetivo alcance no enfrentamento da crise.

As OSC atuam por meio de inúmeras iniciativas baseadas em processos de auto-organização, especialmente presente em movimentos sociais, comunidades e bairros populares nas periferias de centros urbanos. Por extensão, tais iniciativas conectam-se também aos inúmeros casos da sociedade civil já mobilizados e atuantes no mundo do trabalho social há muitas décadas. O sentido da solidariedade nestas experiências se traduz- no ideal e na prática da reciprocidade democrática.

Os resultados alcançados no presente estudo apresentam um conjunto de informações obtidas por meio de entrevistas junto a representantes de 100 (cem) OSC, que trabalham em comunidades, bairros, territórios e localidades em condição de alta vulnerabilidade social da cidade de Maceió/AL. Trata-se de uma coleta de informações objetivas sobre os principais problemas enfrentados por essas populações, diante do avanço da pandemia. A identificação e acompanhamento desses problemas permitem a antecipação de crises e o gerenciamento de riscos, tanto pelo poder público, quanto pelas próprias comunidades.

Assim, o presente relatório, coordenado pelos pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Leonardo Leal, Maria Amélia Corá, Luciana Santana e Emerson do Nascimento, busca apresentar, de forma sintética, os resultados de uma pesquisa voltada a entender as respostas das OSC frente à crise da pandemia de Covid-19, na cidade de Maceió/AL.

Os dados apresentados aqui foram extraídos por meio de entrevistas online dirigidas a representantes de 100 organizações da sociedade civil alagoana. O intuito foi identificar, na perspectiva das lideranças comunitárias, as ações e desafios da sociedade civil local e avaliar as políticas públicas desenvolvidas e/ou em desenvolvimento voltadas à mitigação das consequências sociais e econômicas da pandemia de Covid-19 na cidade de Maceió/AL.

NOTA METODOLÓGICA

A etapa de coleta de informações tomou, inicialmente, como referência, um banco de dados elaborado pelos pesquisadores a partir do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), onde foram registradas um total de 160 OSC ativas. As organizações cadastradas atuam em diferentes setores associativos, tais como: saúde; educação e pesquisa; meio ambiente e proteção animal; desenvolvimento e defesa de direitos; habitação; cultura e recreação; assistência social; religião; associações patronais, profissionais e de produtores rurais. As informações suplementares do banco foram cedidas ainda pela rede de associações “Periferia Maceió sem Coronavírus”, a partir da qual foi possível identificar as organizações que realizaram ações durante a pandemia de Covid-19 na cidade de Maceió.

Os registros cadastrados no banco de dados foram elaborados seguindo a orientação metodológica baseada na intencionalidade e na conveniência. Nesse sentido, trata-se de uma amostra intencional não probabilística, que se delimita a partir de informações coletadas diretamente pelos pesquisadores, bem como por respostas voluntárias a um questionário apresentado aos representantes das referidas organizações de modo virtual, em função da manutenção dos critérios necessários de isolamento social impostos pela pandemia. , Todos os participantes da pesquisa são, portanto, líderes comunitários representantes das OSC da cidade de Maceió/AL que estiveram envolvidos em ações relacionadas com o combate à pandemia de Covid-19.

Acreditamos que as lideranças e representantes comunitários são fontes estratégicas de informação, pois estão em posição de centralidade nas comunidades e cotidianamente mobilizados no enfrentamento dos problemas mais graves que atingem suas localidades. Em diálogo constante com a população, recebem demandas, gerenciam conflitos e possuem um olhar mais integrado sobre os territórios em que atuam. Cabe registrar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta a importância do engajamento comunitário para a efetiva comunicação dos riscos e do controle da epidemia em contextos locais, principalmente em comunidades de alta vulnerabilidade socioeconômica. Por seu conhecimento do território, por sua experiência e pela capilaridade de suas redes pessoais, as lideranças comunitárias exercem papel estratégico na disseminação de medidas de prevenção ao vírus e na construção de soluções alternativas aos danos sociais da pandemia.

Para garantir a privacidade e o sigilo das informações dos participantes, conforme preconiza a resolução 510/2016 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com seres humanos (CONEP), a pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas sob o protocolo de número CAEE: 35471020.0.0000.5013.

Os questionários foram elaborados utilizando o *software* Qualtrics e apresentados a todos os representantes das organizações registradas no banco de dados por meio de e-mail e/ou *Whatsapp*, sendo que predominou a modalidade de participação via *Whatsapp*. O trabalho de coleta de dados foi realizado entre os dias 3 e 28 de agosto de 2020, totalizando 25 dias de coleta.. Por meio deste procedimento foram obtidas um resultado total de 100 respostas válidas.

O questionário utilizado é composto por oito dimensões analíticas, a saber: Perfil e características das OSC; Relações com governos e políticas públicas; Percepção dos líderes comunitários sobre as

medidas de proteção social; Ações de segurança alimentar e nutricional; Trabalho e renda; Percepção dos líderes comunitários sobre os impactos na educação e acesso à informação; Percepção dos líderes comunitário sobre violência e segurança pública; Desafios e perspectivas das organizações da sociedade civil.

O tipo amostragem intencional não probabilística é comumente utilizada por estudos exploratórios e produz resultados proveitosos (Bethlehem, 2010). No entanto, as amostras não probabilísticas possuem algumas limitações, tais como a impossibilidade de produzir generalizações mais alargadas para o universo representado. Dessa maneira, os resultados aqui apresentados não devem ser utilizados de forma generalista para o universo das organizações da sociedade civil. Cabe ressaltar que, diante do contexto da pandemia e da urgência sobre o tema da pesquisa, não foi possível realizar um trabalho de natureza amostral e probabilística. Dessa maneira, considera-se mais aceitável o uso de amostra por conveniência, uma vez que há uma grande oportunidade de preencher uma lacuna de falta de informações sumarizadas e descritivas sobre a realidade das organizações da sociedade civil no contexto da crise provocada pela pandemia de Covid-19.

Cumprе salientar que o formato de pesquisa adotado na presente investigação também foi utilizado por outros grupos de pesquisa que buscaram investigar a atuação das OSC no contexto da pandemia de Covid-19 (Rede de Pesquisa Solidária, 2020; Duque Franco et al, 2020).

A grande crise gerada pela pandemia do novo coronavírus demanda diagnósticos emergenciais e respostas rápidas. Dessa forma, a estatística realizada para os resultados que são aqui apresentados é fundamentalmente descritiva, uma vez que só pode ser vista como uma espécie de balanço sobre a população pesquisada (isto é, 100 respostas válidas das OSC respondentes). É exclusivamente sobre a percepção dessa população que se pode derivar as afirmações contidas nesse documento. A falta de inferência estatística, portanto, não invalida os dados, apenas circunscreve a análise a um universo específico (n = 100).

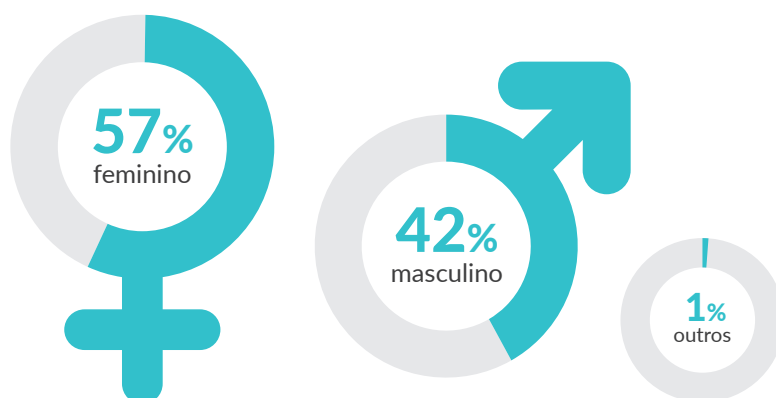
Cabe ressaltar que o presente esforço corresponde a um interesse para compreender e explicitar a atuação das OSC no contexto da pandemia de Covid-19 na cidade de Maceió/AL. Desse modo, esta pesquisa, iniciada em junho de 2020, faz-se necessária à medida que o cenário nacional da pandemia do novo coronavírus tem continuamente se agravado e, por isso mesmo, requerido ações dos diferentes setores da sociedade (Estado, Mercado e Sociedade Civil).

Finalmente, é extremamente importante não somente o estudo das ações da sociedade civil no período, mas, também, as percepções das lideranças comunitárias acerca dos efeitos destas ações visando a mitigação dos efeitos sociais, políticos e econômicos gerados pela pandemia. É sabido que a crise sanitária instaurada pelo novo coronavírus tem realçado as desigualdades sociais e, em muitos casos, até mesmo, ampliado as clivagens entre os diferentes grupos sociais, o que tem amplificado ainda a vulnerabilidade de muitas comunidades frente ao novo vírus. Apoiada por esta perspectiva, a pesquisa tem o potencial de revelar a importância das ações das organizações da sociedade civil no contexto da pandemia de Covid-19 e explorar a percepção das lideranças comunitárias quanto aos custos e a eficiência de muitas das medidas adotadas, oportunizando o diálogo entre as diferentes esferas da sociedade.

PERFIL E CARACTERÍSTICAS DAS OSC

Inicialmente, ao traçarmos um perfil dos(as) respondentes, identificamos que, conforme Gráfico 1, 57% são do sexo feminino, 42% do sexo masculino e 1% outros, ou seja, pessoas que não se identificam nem com o sexo masculino e feminino, ou preferiram não declarar. Essas informações sugerem um protagonismo das mulheres à frente das OSC que atuaram no combate às consequências sociais e econômicas geradas pela pandemia de Covid-19.

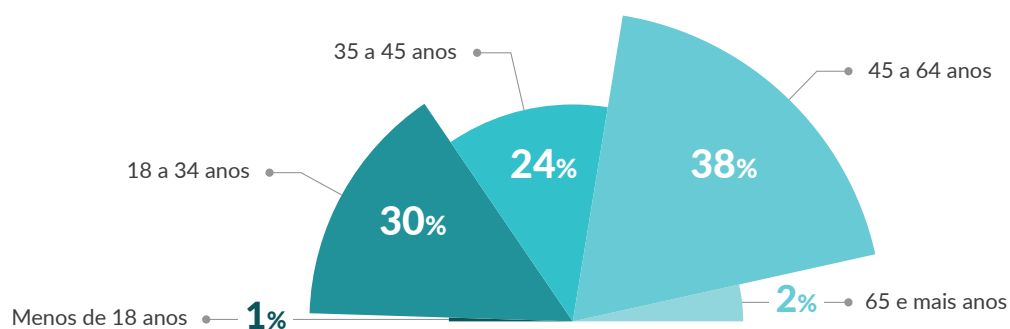
GRÁFICO 1 - SEXO



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

No que se refere à faixa etária, o Gráfico 2 aponta que 38% dos respondentes possuem entre 45 e 64 anos, 30% entre 18 e 34 anos, 24% entre 35 e 44 anos, 7% possuem 65 ou mais e 1% possui menos de 18 anos de idade. O que permite identificar um perfil bastante jovem de pessoas como representantes das OSC pesquisadas.

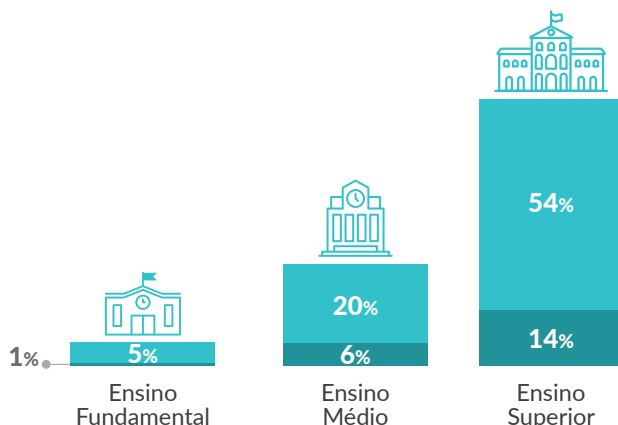
GRÁFICO 2 - IDADE



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

O Gráfico 3 apresenta dados sobre a escolaridade dos participantes da pesquisa, 54% possuem o ensino superior completo e 14% incompleto, 20% possuem o ensino médio completo e 6% incompleto, 5% apenas o ensino fundamental e 1% incompleto. Esta informação demonstra uma característica relevante sobre o nível de escolaridade dos respondentes da pesquisa, visto que mais de 50% dos participantes da pesquisa possuem o nível superior completo.

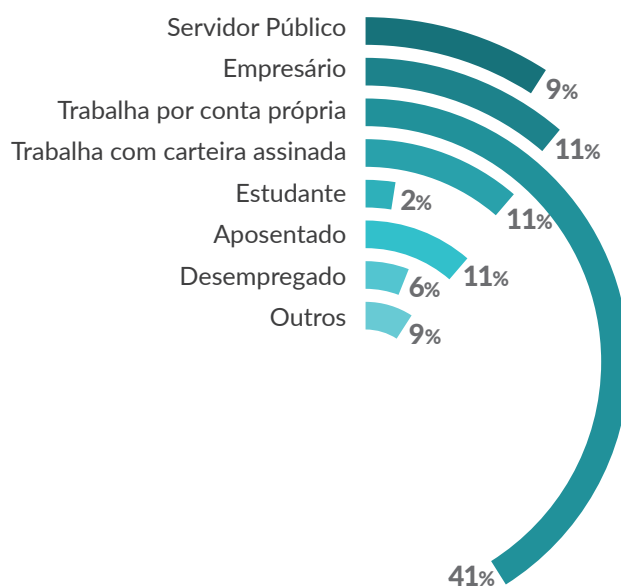
GRÁFICO 3 - **ESCOLARIDADE**



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

No que se refere à ocupação profissional dos respondentes, no Gráfico 4, observa-se que 41% são trabalhadores por conta própria, 11% são empresários, 11% trabalhadores com carteira assinada, 11% aposentados, 9% são servidores públicos, 6% são desempregados, 2% estudantes e 9% se ocupam em outras condições laborais. Estas informações demonstram a pluriatividade dos representantes das OSC, uma vez que eles(as) possuem outras profissões além da liderança que exercem em comunidades e nas OSC pesquisadas.

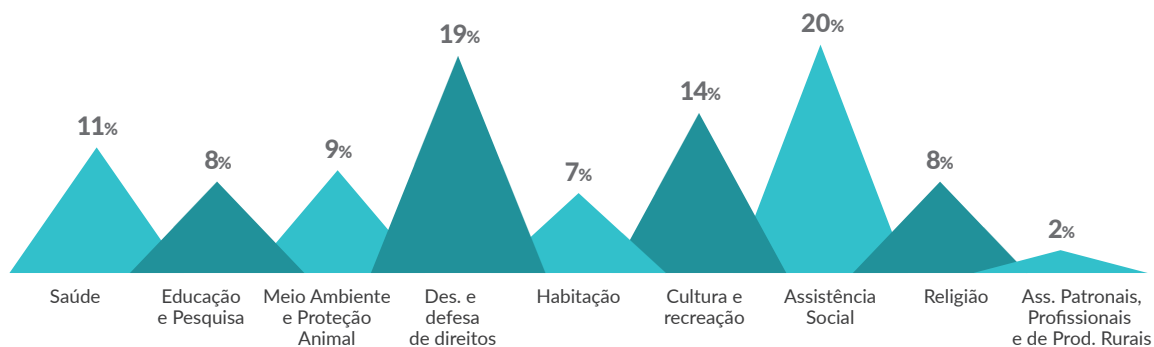
GRÁFICO 4 - **OCUPAÇÃO PROFISSIONAL**



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Quanto à área de atuação das OSC, as informações disponíveis no Gráfico 5 sinalizam que 20% atuam na área de assistência social, 19% na área de desenvolvimento e defesa de direitos, 14% na área de cultura e recreação, 11% na área de saúde, 9% na área de meio ambiente e proteção animal, 8% na área de educação e pesquisa, 8% são organizações religiosas, 7% na área de habitação e 2% são associações patronais, profissionais e de produtores rurais. Esses dados atestam a diversidade de organizações que participaram da pesquisa, bem como a diversidade de finalidades das organizações que atuaram no combate a pandemia de Covid-19.

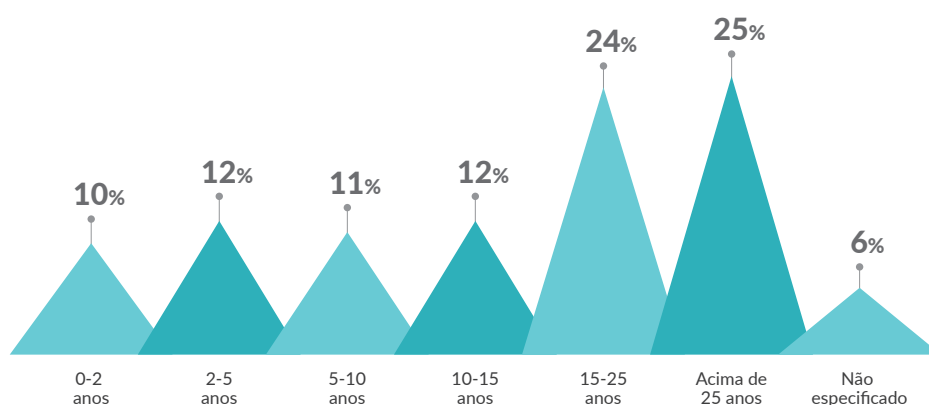
GRÁFICO 5 - ÁREA DE ATUAÇÃO DAS OSC



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Já o Gráfico 6 contempla informações sobre o tempo de funcionamento das OSC pesquisadas, 25% delas possuem mais de 25 anos de atuação, 24% têm entre 15 e 25 anos de funcionamento, 12% entre 10 e 15 anos, 12% entre 2 e 5 anos, 11% entre 5 e 10 anos, e, 10% de 0 a 2 anos de tempo de funcionamento. Essas informações revelam que mais de 50% das OSC possuem maturidade e longevidade significativa na realização de trabalhos com finalidades associativa e comunitária.

GRÁFICO 6 - ANOS DE ATUAÇÃO DAS OSC



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

No que se refere às ações realizadas pelas OSC durante o período da pandemia de Covid-19, o Gráfico 7 destaca que 29% declararam ter realizado doações de materiais de higiene, equipamentos de proteção individual e medicamentos, 23% realizaram doação de alimentos e cestas básicas, 19% ofereceram apoio à comunidade para facilitar o acesso ao auxílio emergencial do

governo federal e outras informações, 10% participaram de redes de organizações para apoio diversos à comunidade, 6% ofereceram serviços de apoio psicológico, 5% desenvolveram atividades para geração de trabalho e renda, 2% a doação de dinheiro, 1% fizeram monitoramento do número de casos de Covid-19 na comunidade e 4% mencionaram outras ações. Esses dados demonstram que a atenção às necessidades básicas de alimentação e higiene, além do suporte para acessar o auxílio emergencial estiveram entre as principais ações realizadas pelas OSC pesquisadas.

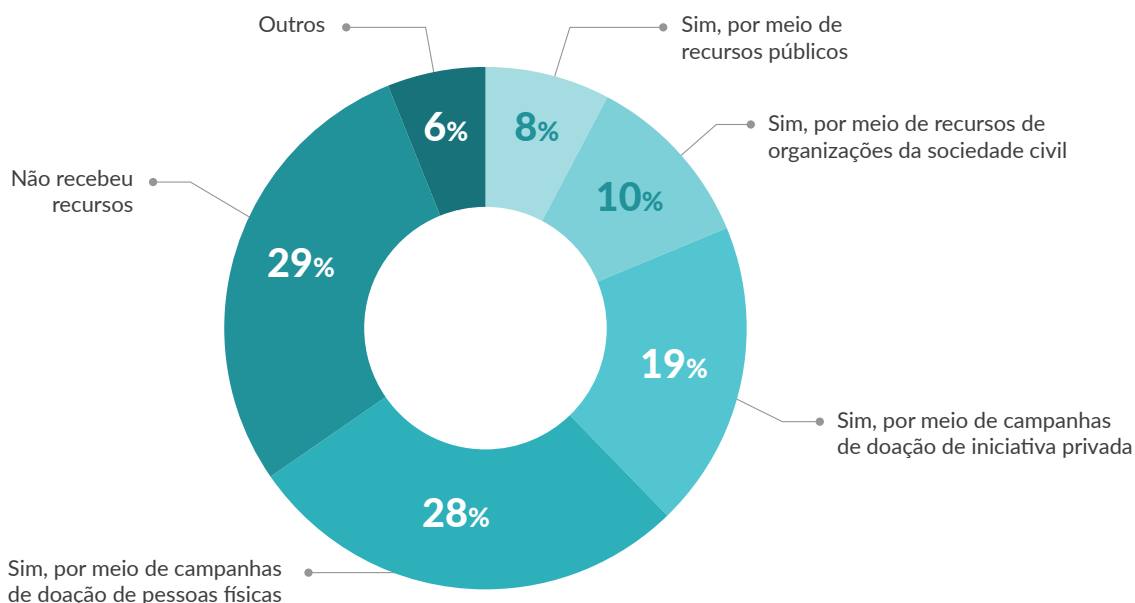
GRÁFICO 7 - AÇÕES REALIZADAS PELAS OSC



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Quanto a principal fonte de apoio financeiro para execução das ações durante a pandemia, as informações presentes no Gráfico 8 demonstram que do total de respostas dadas pelas OSC participantes da pesquisa 29% não receberam recursos financeiros, 28% receberam recursos por meio de campanhas de doação de pessoas físicas, 19% receberam recursos por meio de campanhas de doação de empresas privadas, 10% receberam recursos de outras organizações da sociedade civil, 8% receberam recursos de fontes públicas e 6%, outros. Essas informações revelam que as ações das OSC pesquisadas foram fundamentalmente financiadas por iniciativas própria ou com apoio de pessoas físicas e empresas, demonstrando uma quase ausência do Estado para apoiar as ações das OSC no contexto da pandemia.

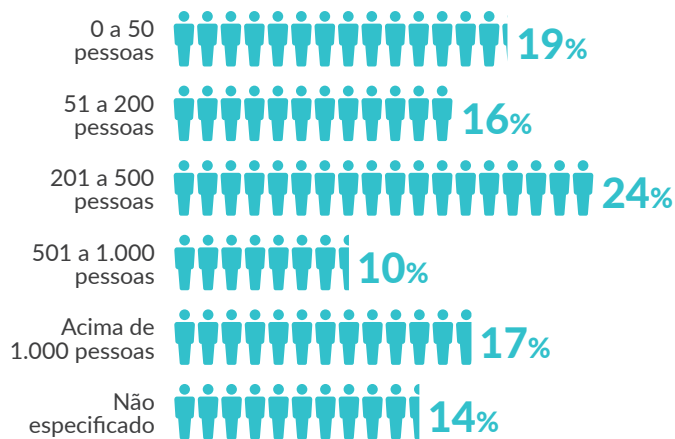
GRÁFICO 8 - APOIO FINANCEIRO PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

No Gráfico 9, sobre a quantidade de beneficiários que as OSC alcançaram, verificamos que 24% das OSC participantes conseguiram adotar ações que atingiram entre 201 e 500 pessoas, 19% de 0 a 50 pessoas, 17% das OSC beneficiaram mais de 1 mil pessoas, 16% entre 51 e 200 pessoas e 14% outros.

GRÁFICO 9 - QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS



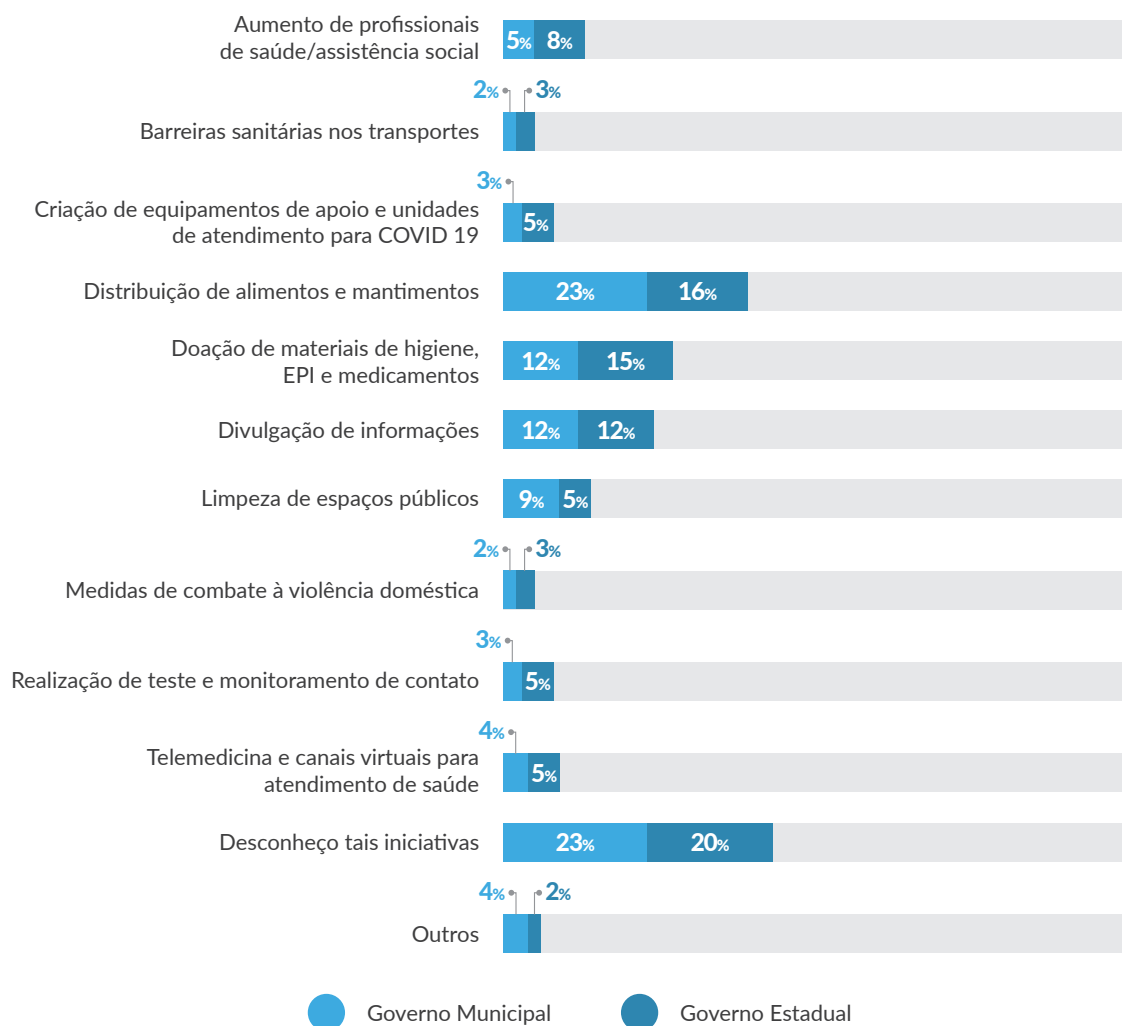
FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

RELAÇÕES COM GOVERNOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A pandemia de Covid-19 inaugurou não somente a maior crise sanitária do século XXI, mas também mostrou a capilaridade de um fenômeno, cuja gestão está muito além do que poderia pre-nunciar sanitaristas e epidemiologistas, atestando que a crise é de saúde e é também de gestão e de governança pública. Nesse sentido, a observância da comunicação entre os poderes públicos, a interconexão entre os entes políticos, os níveis de governo e a gestão das políticas públicas tornou-se um tema emergente também para compreensão da eficiência das respostas públicas e da própria sociedade civil para conter o novo coronavírus.

Em relação às ações realizadas pelos governos Municipal e Estadual junto às comunidades para reduzir os efeitos gerados pela pandemia, as informações constantes no Gráfico 10 sinalizam que 23% dos representantes das OSC entrevistadas informaram desconhecer tais ações. Dentre aqueles que afirmaram conhecer alguma ação do poder público municipal em relação à pandemia, 23% dos líderes comunitários citaram que houve a distribuição de alimentos e mantimentos, 12% mencionaram doação de materiais de higiene, equipamento de proteção individual e medicamentos; 12% citaram a divulgação de informações sobre a pandemia, 9% a limpeza de espaços públicos, 5% fazem menção ao aumento de profissionais de saúde e assistência social, 4% mencionaram a criação de canais virtuais para atendimento médico; 3% a criação de equipamento de apoio e unidades de atendimento para a covid-19, 3% citaram a realização de testes e monitoramento de contato com a doença, 2% barreiras sanitárias nos transportes e 4% mencionaram ações de outra natureza. Em relação às ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19 no âmbito estadual, 20% dos entrevistados desconhecem ações desenvolvidas pelo atual governo do estado. Entre aqueles entrevistados que informaram conhecer ações do governo estadual em comunidades do município de Maceió, 16% citaram a distribuição de alimentos e mantimentos, 15% a doação de materiais de higiene, equipamento de proteção individual e medicamentos, 8% aumento de profissionais de saúde e assistência social. Foram citadas ainda as seguintes ações: a criação de equipamentos de apoio e unidades de atendimento para Covid-19 (5%), limpeza de espaços públicos (5%), realização de testes (5%) e monitoramento de contato com a doença (5%), telemedicina/atendimento virtual na prevenção ou acompanhamento de contaminados pela Covid-19 (5%), barreiras sanitárias nos transportes (3%) e medidas de combate à violência doméstica (3%).

GRÁFICO 10 - CONHECIMENTO DAS AÇÕES REALIZADAS PELO GOVERNO ESTADUAL E MUNICIPAL

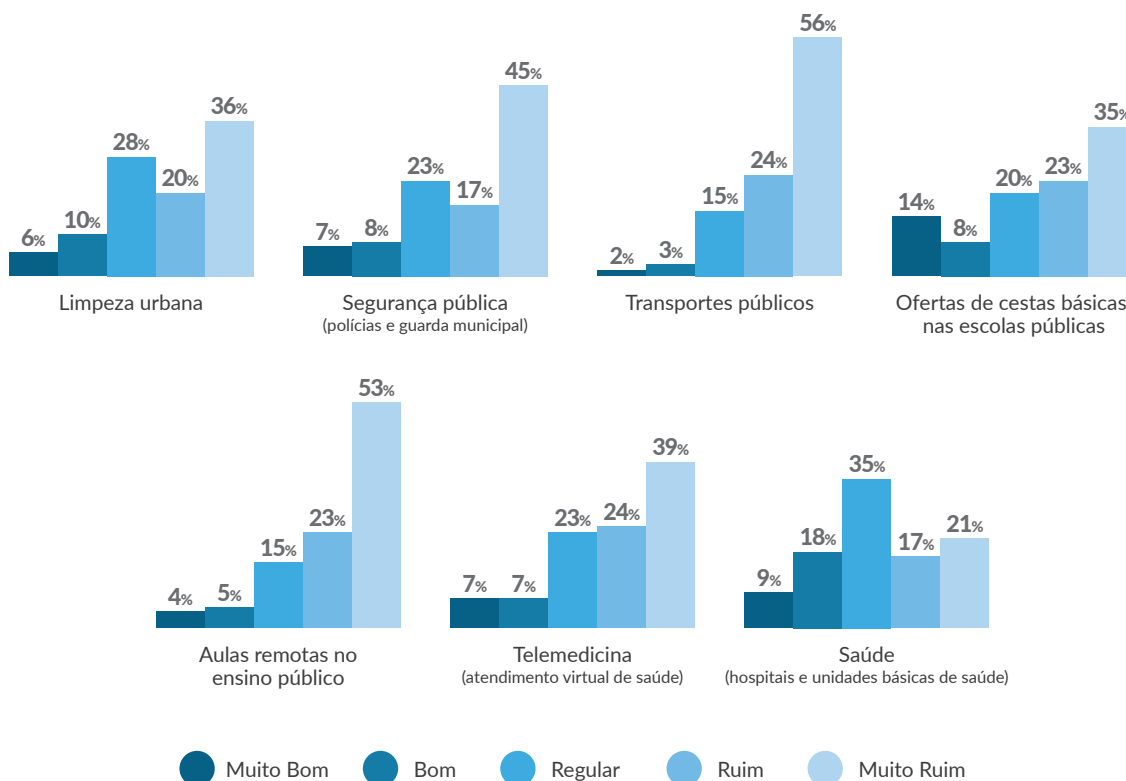


Fonte: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

O Gráfico 11 apresenta informações sobre como os(as) respondentes avaliam a qualidade dos seguintes serviços públicos em Maceió: limpeza pública, segurança pública, transportes públicos, oferta de cestas básicas nas escolas públicas, aulas remotas, atendimento virtual de saúde por meio da telemedicina e serviços em hospitais e unidades básicas de saúde. Em relação à limpeza urbana, 6% dos(as) respondentes consideram o serviço muito bom, 10% bom, 28% regular, 20% ruim e 36% muito ruim. Ou seja, há uma avaliação majoritariamente negativa deste serviço (56%). Em relação à atuação da guarda municipal e policiais no município, 7% consideram muito bom, 8% bom, 23% regular, 17% ruim e 45% muito ruim. No que tange à atuação na área de segurança pública em Maceió, 62% avaliam o serviço de forma negativa. O serviço público com pior avaliação é o sistema de transportes públicos. 56% dos(as) respondentes consideram o serviço muito ruim, 24% ruim, 15% regular. Apenas 5% avaliaram o serviço de forma positiva, sendo que 3% consideram bom e 2% muito bom. Em relação à distribuição de cestas básicas nas escolas públicas, 14% avaliam como muito bom, 8% bom, 20% regular, 23% ruim e 35% muito ruim. A telemedicina foi autorizada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em março de 2019, com o objetivo de proteger tanto a saúde dos pacientes quanto dos profissionais. Consequentemente, foi adotado também no âmbito municipal. Em Maceió, 7% dos(as) respondentes consideram que esse atendimento foi muito bom, 7% bom, 23% regular, 24% ruim e 39% muito

ruim. Ainda em relação a serviços preventivos na área da saúde, 9% consideram o serviço muito bom, 18% bom, 35% regular, 17% ruim e 23% muito ruim.

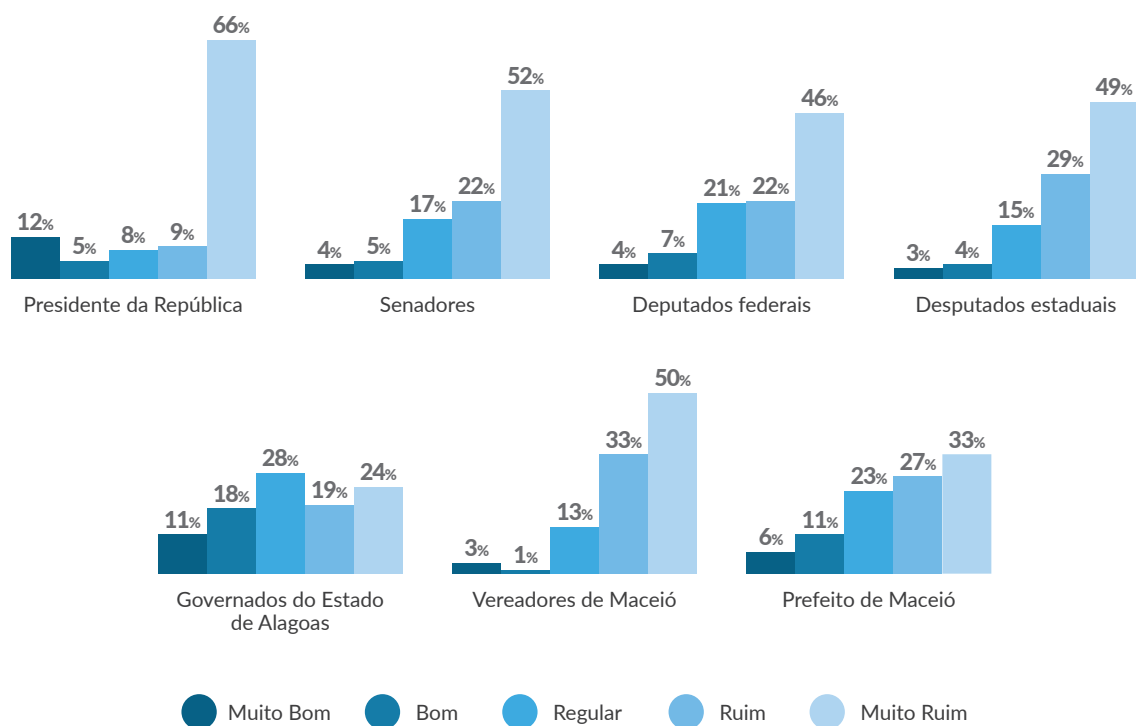
GRÁFICO 11 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM MACEIÓ



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Os(as) respondentes também avaliaram o desempenho dos chefes dos Executivos (federal, estadual e municipal), bem como dos representantes que ocupam cargos nos legislativos, conforme Gráfico 12. Em relação ao Executivo, o presidente da república é o que tem a pior avaliação. 75% avaliam o desempenho de Jair Bolsonaro (sem partido) de forma negativa, sendo a avaliação de 66% dos(as) respondentes como muito ruim, 9% ruim e 8% regular. Apenas 17% avaliaram seu desempenho de forma positiva, 5% bom e 12% muito bom. O prefeito de Maceió, Rui Palmeira (sem partido), tem a segunda pior avaliação, 60% avaliaram seu desempenho de forma negativa (33% avaliam o desempenho como muito ruim e 27% ruim), 23% consideram seu desempenho de forma regular, 11% bom e 6% muito bom. Já o governador Renan Filho (MDB) é o que possui a menor avaliação negativa (43%). De forma mais detalhada, 24% avaliaram o desempenho como muito ruim, 19% ruim, 28% regular, 18% bom e 11% muito bom. Em relação aos legisladores com atuação no Congresso Nacional, senadores e deputados federais, a avaliação é majoritariamente negativa, 74% e 68% respectivamente. O desempenho dos senadores é avaliado como muito ruim para 52% dos(as) respondentes, ruim para 22%, regular para 17%, bom para 5% e muito bom para 4%. No caso dos deputados federais, 46% consideram o desempenho muito ruim, 22% ruim, 21% regular, 7% bom, 4% muito bom. O desempenho dos deputados estaduais no âmbito da Assembleia Legislativa de Alagoas também é considerado negativo para 78% dos(as) entrevistados(as) (49% consideram muito ruim e 29% ruim), 15% avaliaram como regular, 7% bom e 3% muito bom. Em relação aos vereadores, 83% dos(as) respondentes consideram o desempenho dos representantes do legislativo municipal negativamente (50% consideram muito ruim e 33% ruim), 13% consideram regular, 1% bom e 3% muito bom.

GRÁFICO 12 - DESEMPENHO GERAL DOS REPRESENTATES POLÍTICOS

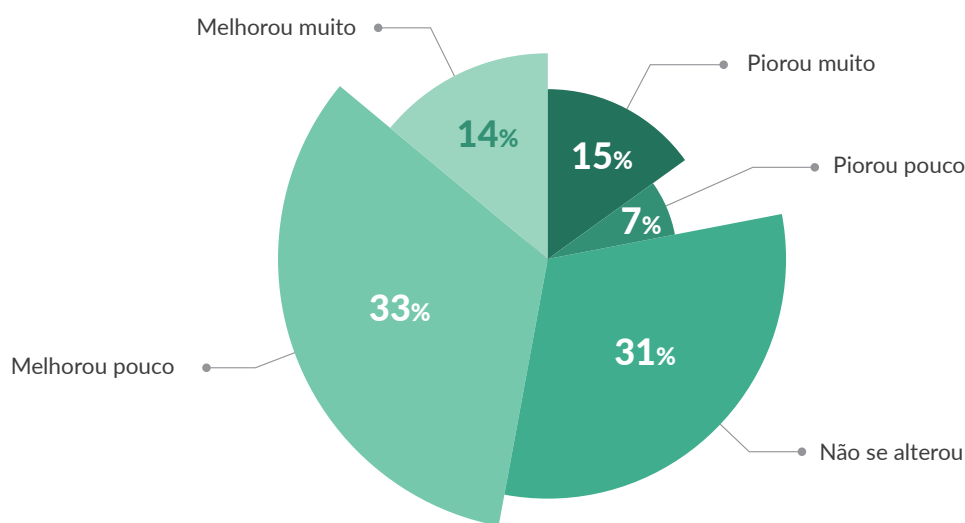


FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
 Universidade Federal de Alagoas, 2020.

PERCEPÇÃO DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS SOBRE AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E SANITÁRIA

Com a pandemia de Covid-19, a adoção de medidas de proteção contra o novo coronavírus se tornou necessária para evitar a circulação de pessoas e, assim, conter a rápida proliferação do novo coronavírus. Por recomendação da comunidade científica e também da Organização Mundial da Saúde (OMS), governos em todo o mundo aprovaram legislações com ações relacionadas ao distanciamento e de cuidados sanitários. Os(as) respondentes que participaram desta pesquisa avaliaram ações que foram adotadas em Maceió, conforme apresentado no Gráfico 13. Em que pese a importância do distanciamento físico e isolamento social, tais medidas não tiveram boa avaliação. Em relação ao distanciamento físico entre as pessoas, 36% consideram ser uma ação muito ruim, 27% ruim, 17% regular, 6% bom e 14% muito bom. Em relação ao isolamento social, 29% consideraram ter sido uma ação muito ruim, 28% ruim, 24% regular, 6% bom, 22% muito bom. Outras medidas sanitárias e de higienização também foram avaliadas. Em relação à higienização de mãos com frequência, 20% dos entrevistados consideram a medida muito boa, 11% boa, 27% regular, 22% ruim e 20% muito ruim. Em relação à higienização dos produtos, 14% consideram a medida muito boa, 11% boa, 18% regular, 30% ruim e 27% muito ruim. Quanto ao uso de álcool 70 (gel ou líquido), 22% consideraram a medida como muito boa, 16% boa, 25% regular, 17% ruim e 20% muito ruim. Em relação ao uso de máscara, esta medida teve a melhor avaliação (40%). 22% consideraram muito boa, 18% boa, 27% regular, 16% ruim e 17% muito ruim.

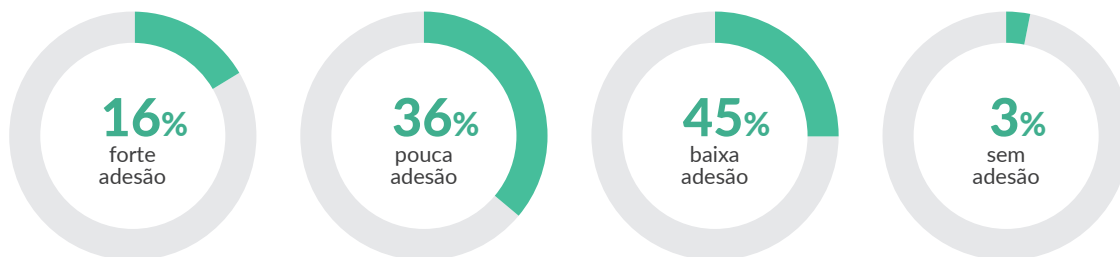
GRÁFICO 13 - AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO SANITÁRIA



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

O Gráfico 14 apresenta a percepção da comunidade em relação à adesão às medidas de isolamento social no território. 45% dos(as) entrevistados(as) avaliaram que a adesão foi baixa, 30% consideraram ter havido pouca adesão e apenas 16% perceberam que houve forte adesão às medidas.

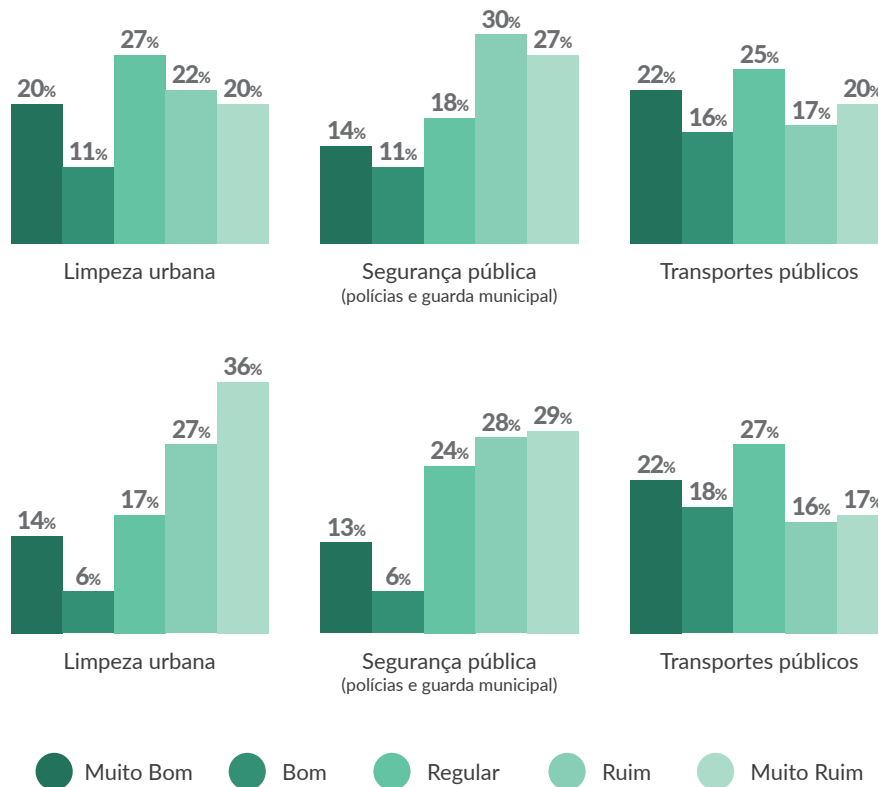
GRÁFICO 14 - NÍVEL DE ADESÃO ÀS MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

No que diz respeito às condições de acesso aos serviços da rede básica de saúde, o Gráfico 15 apresenta que 14% dos(as) representantes das OSC pesquisadas avaliaram que o serviço melhorou muito, e 33% consideraram que houve pouca melhoria. Para 7% dos(as) entrevistados(as) a qualidade desses serviços piorou pouco e para 15% piorou muito. Não houve alteração na qualidade dos serviços para 31%.

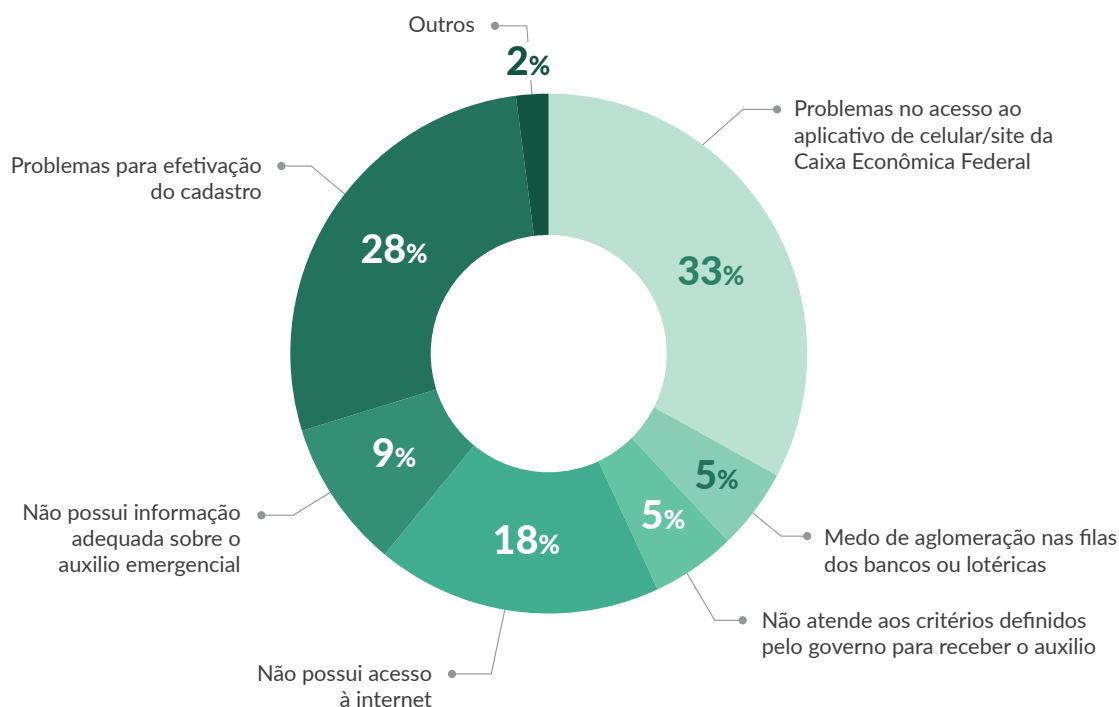
GRÁFICO 15 - CONDIÇÕES DE ACESSO AOS SERVIÇOS DA REDE BÁSICA DE SAÚDE



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

As lideranças comunitárias que participaram da pesquisa também informaram, conforme o Gráfico 16, sobre a principal dificuldade para acesso ao auxílio emergencial, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da república. 33% mencionaram problemas no acesso ao aplicativo de celular/site da Caixa Econômica Federal, 28% problemas para efetivação do cadastro, 18% informaram problemas por não ter acesso à internet, 9% desconheciam as informações adequadas sobre o auxílio, 5% das lideranças não se enquadraram nos critérios definidos pelo governo para ter acesso ao benefício. Outras dificuldades foram mencionadas por 2% dos(as) entrevistados(as).

GRÁFICO 16 - DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA ACESSAR O AUXÍLIO EMERGENCIAL



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

BLOCO 4

AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Durante o período da pandemia em que a pesquisa foi realizada, observou-se que dentre as principais ações colaborativas desenvolvidas junto às comunidades mais vulneráveis, merece destaque a distribuição de alimentos e de cestas básicas. Na percepção dos representantes entrevistados nesta pesquisa, conforme indica os Gráficos 17 e 18, embora a maioria julgue positivamente a qualidade dos produtos oferecidos (42%), somente 27% dos entrevistados perceberam que esse foi um recurso plenamente disponível durante o período. 46% consideraram que este tipo de doação, embora fundamental, não foi suficientemente ofertado (pouco disponível) e, até mesmo para 15% destes foi totalmente indisponível. Vale ainda mencionar que para 14% a oferta de alimentos foi totalmente indisponível ou pouco disponível. Em relação à qualidade dos alimentos, 25% dos respondentes consideraram que a qualidade dos alimentos e cestas básicas doadas não se alterou (não houve impacto) durante a pandemia. A avaliação positiva compreendeu a percepção de 68% dos(as) entrevistados(as), sendo que 42% avaliaram muito positivamente e 26% pouco positivamente. E apenas 7% avaliaram a qualidade dos alimentos doados de forma negativa, sendo 4% pouco negativamente e 3% muito negativamente.

GRÁFICO 17 - OFERTA DAS DOAÇÕES DE ALIMENTOS

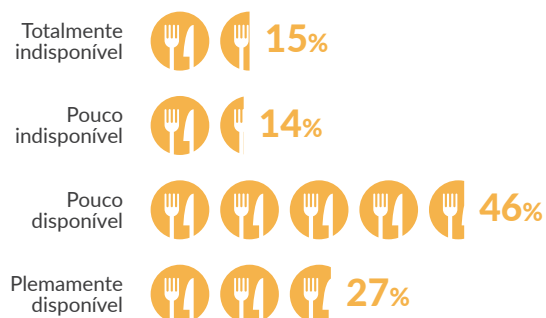
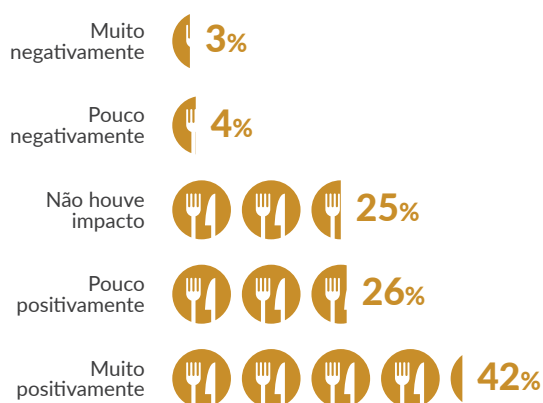


GRÁFICO 18 - QUALIDADE DOS ALIMENTOS E CESTAS BÁSICAS DOADAS



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).

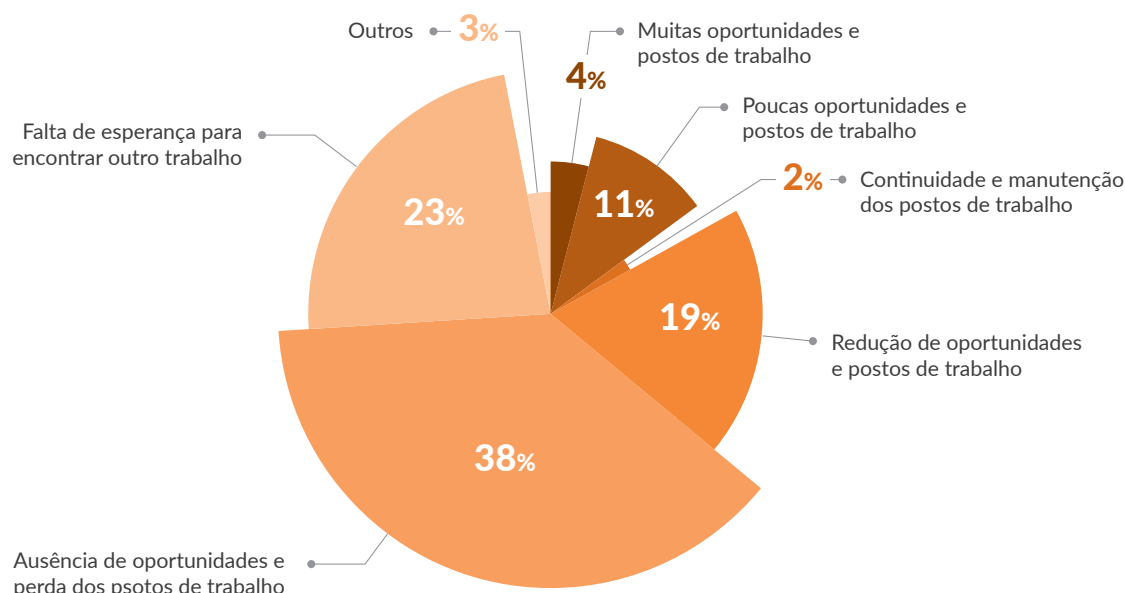
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

TRABALHO E RENDA

Nesta seção, apresentamos a percepção dos entrevistados quanto às mudanças que ocorreram em relação às atividades de trabalho e renda em seus respectivos territórios ou comunidades. De maneira geral, é perceptível o quanto o trabalho foi, sem dúvidas, dentre as atividades de rotina mais impactada pela pandemia, seja por consequência das medidas de isolamento, seja em função da suspensão/desaparecimento de posto de trabalho, inclusive, informais.

Quando questionadas sobre a percepção das mudanças nos postos de trabalho nos últimos meses, conforme o Gráfico 19, 39% das lideranças afirmaram que a ausência de oportunidades e/ou a perda de postos de trabalho foi a reação mais perceptível, 23% ainda afirmaram que lhes falta esperança para encontrar um trabalho sob estas circunstâncias e 19% atestam que há, de fato, uma redução das oportunidades de trabalho nesse período. Somente 2% dos entrevistados consideram que houve uma continuidade em relação à manutenção das atividades de trabalho dos moradores das suas comunidades em contraposição à 4% que consideraram perceber a abertura de algumas outras oportunidades de geração de renda.

GRÁFICO 19 - MUDANÇAS QUE OCORRERAM NOS POSTOS DE TRABALHO

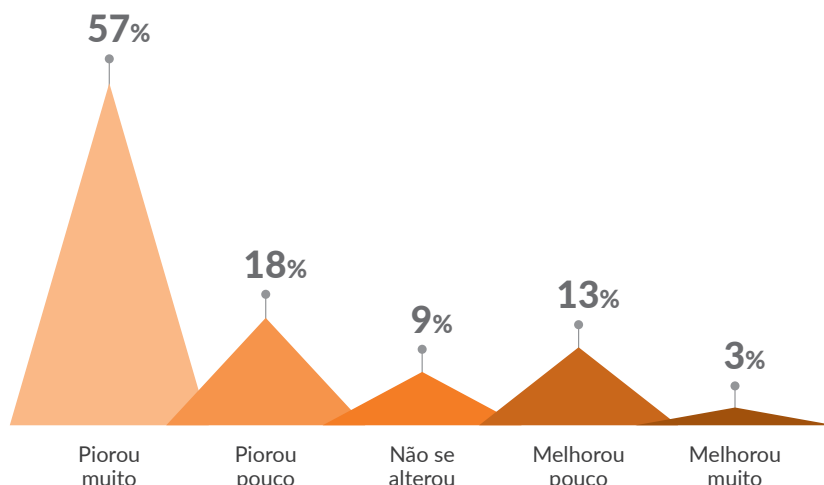


FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

No que compreende à percepção da renda familiar, o Gráfico 20 informa que a grande maioria dos(as) entrevistados(as) (57%) reconhece que a situação piorou muito e 18% que a renda piorou

um pouco. Somente 9% dos entrevistados afirmaram que a renda familiar não se alterou no período. Já, 13% e 3% das lideranças, respectivamente, afirmaram que a renda “melhorou pouco” e “melhorou muito”. Destacamos aqui, possivelmente, as iniciativas populares que foram empreendidas no período a partir da suspensão dos postos de trabalho, até mesmo não-formais, como a confecção de máscaras, produção de quentinhas e de outros pequenos serviços. Todavia, podemos perceber que estas inovações não se estenderam com solidez pela maioria das comunidades, configurando ainda exceções.

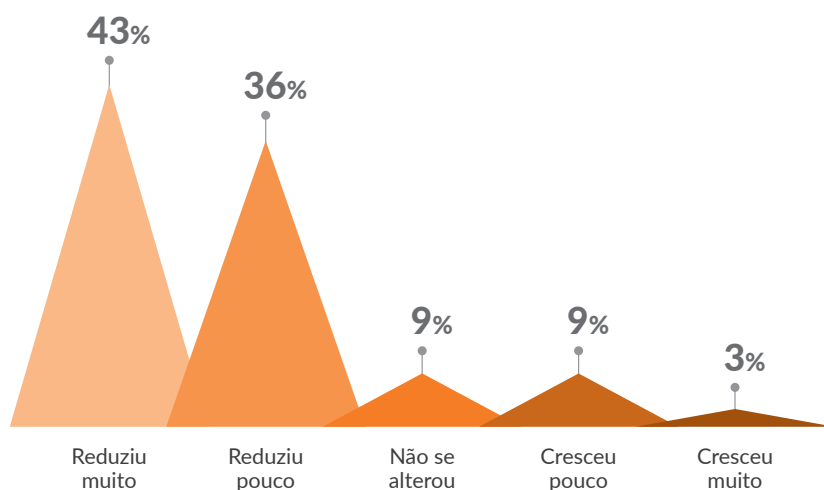
GRÁFICO 20 - MUDANÇAS QUE OCORRERAM NA RENDA DAS FAMÍLIAS



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Com o isolamento social, como era de se esperar, mesmo nas comunidades, onde o controle dessas medidas foi menos rigoroso durante os meses iniciais da pandemia, o comércio e as demais atividades de negócio sofreram um impacto significativo. O Gráfico 21 apresenta que 43% dos entrevistados perceberam que nesse período o comércio reduziu muito e 38% que reduziu um pouco. Somente 9% afirmaram que não perceberam qualquer alteração, enquanto 9% e 3% das lideranças apontam para alguma forma de crescimento.

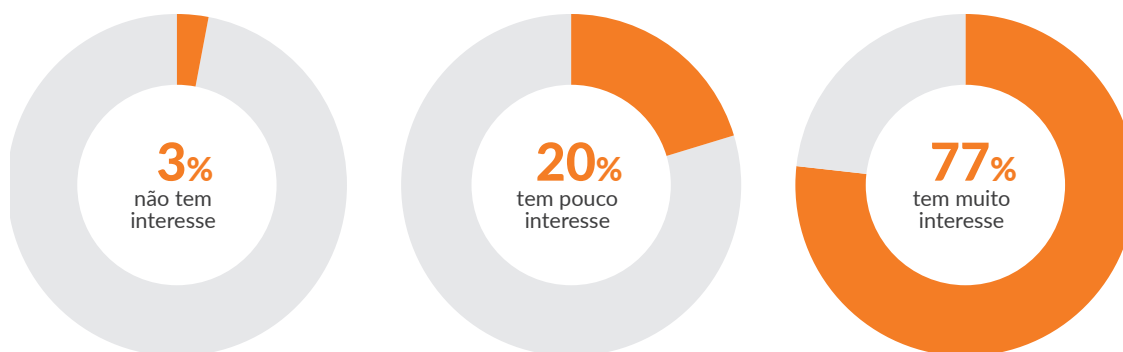
GRÁFICO 21 - MUDANÇAS QUE OCORRERAM NOS COMÉRCIOS E NEGÓCIOS



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

A pandemia e as medidas de isolamento, à despeito de indispensáveis no primeiro momento, impactaram muito as atividades de trabalho, comércio e a renda das famílias das periferias urbanas de Maceió. Diante disso, o Gráfico 22 apresenta que 77% dos(as) entrevistados(as) percebem que as comunidades têm muito interesse em retomar essas atividades com a maior brevidade possível, 20% tem pouco interesse e apenas 3% não tem interesse. Todavia, sendo a grande maioria destes postos de trabalho informais, fica difícil imaginar que a suspensão das medidas de isolamento, sem o planejamento e a intervenção do poder público, sejam suficientes para restabelecer esta dinâmica.

GRÁFICO 22 - INTERESSE DA COMUNIDADE PARA RETOMAR AS ATIVIDADES



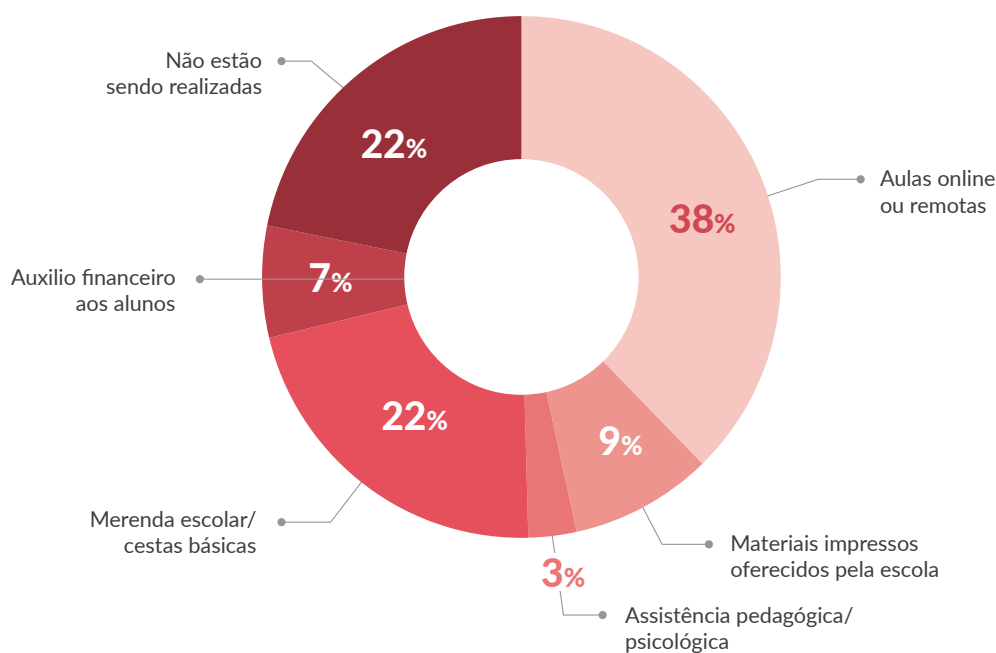
FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

PERCEPÇÃO DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS SOBRE OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO

Nesta seção são apresentadas informações quanto a percepção dos representantes das OSC pesquisadas sobre os impactos da pandemia na educação e acesso à informação. Sabe-se que nesse contexto a educação escolar foi diretamente atingida uma vez que as medidas de contenção terminaram por suspender as atividades regulares das instituições de educação. Ademais, durante a pandemia ocorreu uma massiva produção de informações visando orientar os cidadãos, porém, muitas informações também foram construídas sob a base de *fake news* gerando grande confusão a respeito do tema.

O Gráfico 23 aborda as principais ações realizadas pelas escolas e creches públicas de Maceió durante a pandemia. Pode-se citar, majoritariamente, a oferta de aulas *online* e remotas (38%), depois, o oferecimento de merenda escolar e de cestas básicas (22%), de materiais impressos para os estudantes e familiares (9%), o repasse de auxílio financeiro (7%) e, finalmente, os préstimos de alguma forma de assistência pedagógica e/ou psicológica (3%). Apesar desse variado leque de ações, a pesquisa constatou ainda que, na percepção dos representantes das OSC pesquisadas, pelo menos 22% destas escolas ou creches não chegaram a oferecer nenhuma ação desta natureza ou de qualquer outra durante a pandemia.

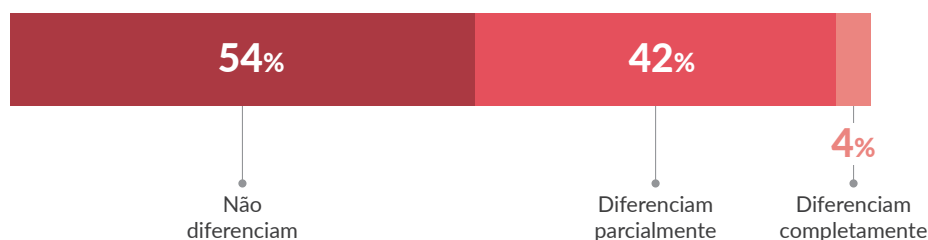
GRÁFICO 23 - AÇÕES DAS ESCOLAS E CRECHES PÚBLICAS REALIZADAS



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Quando perguntados, na percepção dos entrevistados, se as pessoas da comunidade sabiam diferenciar entre informações verdadeiras e falsas (fake news) que circularam durante a pandemia, pelo Gráfico 24, fica patente o registro de que 54% dos(as) entrevistados(as) afirmaram não saberem diferenciar estas informações, enquanto 42% atestaram que conseguem diferenciar informações falsas e verdadeiras apenas parcialmente. Somente 4% dos entrevistados afirmaram, categoricamente, conseguirem identificar a autenticidade de uma informação.

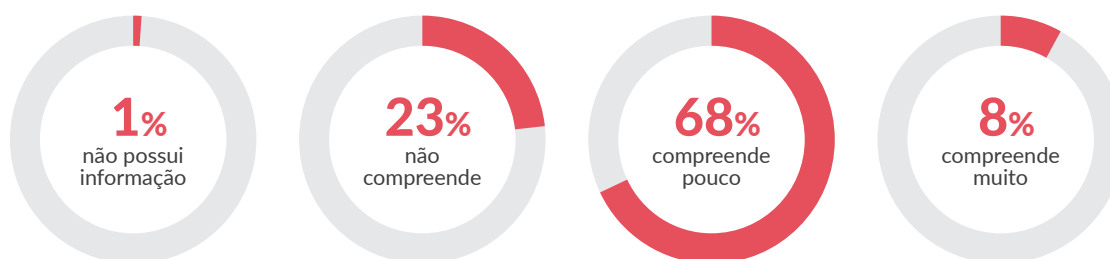
GRÁFICO 24 - INFORMAÇÃO VERDADEIRA X INFORMAÇÃO FALSA (FAKE NEWS)



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Ao serem questionados sobre a compreensão das informações relacionadas à pandemia, conforme o Gráfico 25 demonstra, 68% dos entrevistados informaram que compreendem pouco as notícias e mensagens relacionadas à pandemia e 23% não compreendem tais informações. Ao passo que apenas 8% dos entrevistados compreende muito as informações relacionadas à pandemia.

GRÁFICO 25 - COMPREENSÃO DAS NOTÍCIAS E MENSAGENS SOBRE A PANDEMIA



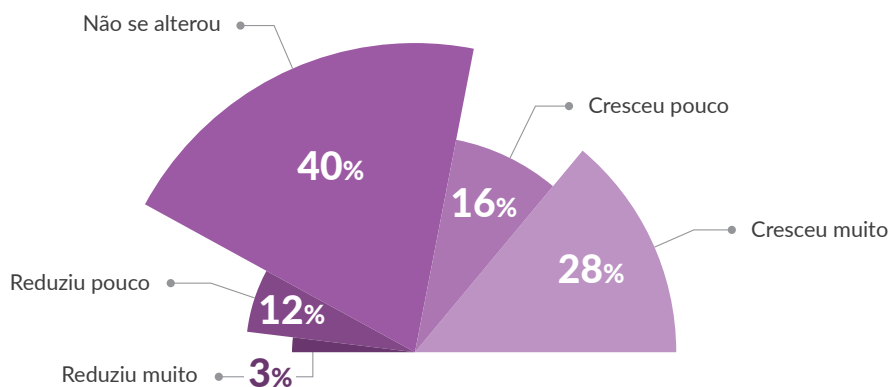
FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

PERCEPÇÃO DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS SOBRE VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Os representantes das OSC, em geral, são uma referência importante em relação à percepção da criminalidade em territórios específicos da cidade, sobretudo nas áreas mais vulneráveis. Pensando nisso, o questionário aplicado junto às lideranças contemplou também a percepção destes sobre o impacto da violência nas suas respectivas comunidades.

Quando questionados sobre a percepção geral da violência e da criminalidade em suas comunidades, o Gráfico 26 mostra que a maioria dos(as) entrevistados(as) (40%) afirmou que não percebeu qualquer alteração sobre a dinâmica da violência nos seus respectivos territórios, 28% dos(as) entrevistados(as), no entanto, afirmaram que, na sua percepção, a violência cresceu muito, enquanto 16% afirmaram que a violência cresceu pouco neste período, 12% e 4% afirmaram que a violência neste período, respectivamente, “reduziu pouco” e “reduziu muito”.

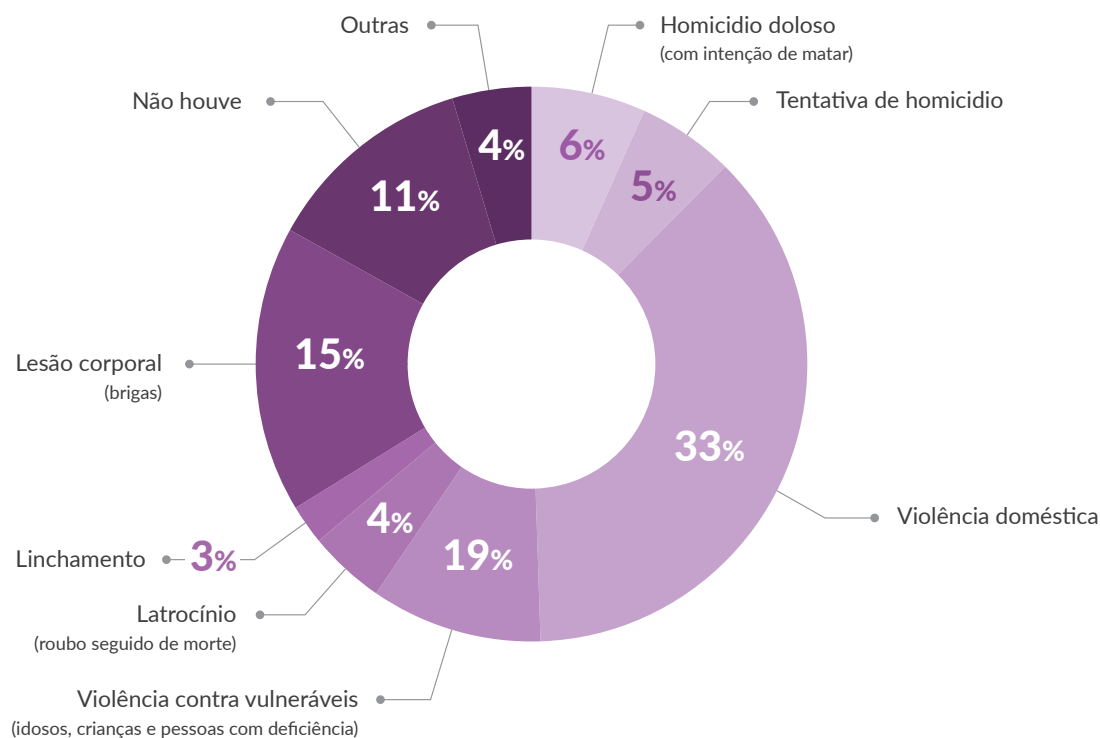
GRÁFICO 26 - IMPACTO DA VIOLÊNCIA



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

O Gráfico 27 apresenta a percepção dos representantes de OSC quanto ao tipo de violência que mais se agravou no período, recebendo destaque especial: a violência doméstica (32%) e 19% a violência contra vulneráveis. Sob o guarda-chuva da chamada violência contra vulneráveis, destacamos aqui as violências perpetradas contra crianças, idosos e pessoas com deficiência. Outra forma de violência destacada ainda neste item foi a lesão corporal (15%). As outras formas de violência apontadas: homicídios dolosos (6%), tentativas de homicídio (5%), latrocínio (4%) e linchamentos (2%), apresentaram percentuais menos expressivos.

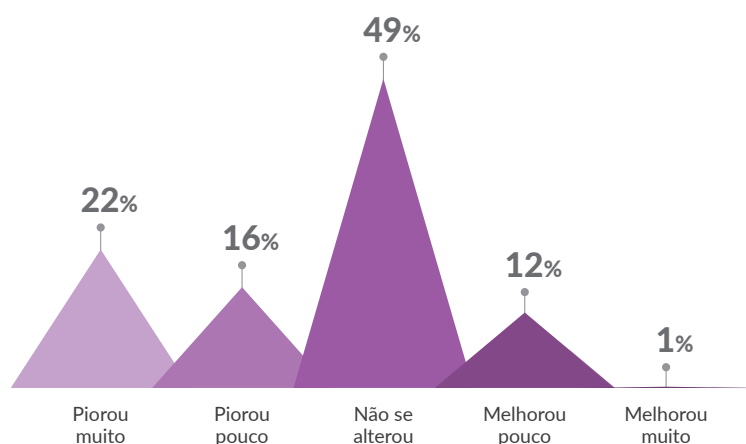
GRÁFICO 27 - TIPOS DE VIOLÊNCIA QUE MAIS SE AGRAVARAM



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

A pandemia do novo coronavírus parece ter agravado a vulnerabilidade daqueles que são as vítimas mais recorrentes da violência doméstica por todo o país: mulheres, crianças, idosos e deficientes físicos. As medidas de isolamento social, acrescidas da amplificação das jornadas de trabalho doméstico, agravaram a vulnerabilidade desses grupos, o que pode ser atestada também no aumento dos registros de queixas contra agressores através da Central de Atendimento à Mulher (180). A percepção dos(as) respondentes, no entanto, quanto ao acesso aos serviços da polícia, durante este período, apontam que o serviço não havia se alterado, conforme é apresentado no Gráfico 28. A maioria acredita que, durante a pandemia, o acesso aos serviços da polícia, não se alterou (49%). Todavia, 22% e 16% dos(as) entrevistados(as), quando questionados(as), acreditam que esse serviço, respectivamente, “piorou muito” e “piorou pouco” durante a pandemia, 12% melhorou pouco e 1% melhorou muito. Há, nesse sentido, na percepção dos(as) entrevistados(as), a ideia de que, durante a pandemia, os serviços oferecidos pelas forças policiais em nada se alteraram ou até mesmo pioraram nos últimos meses.

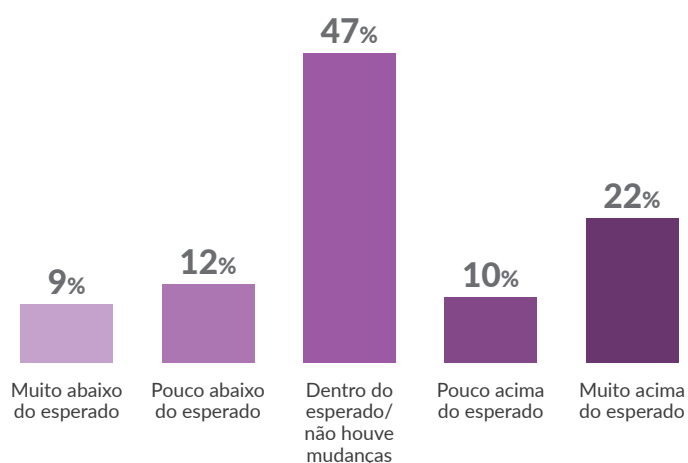
GRÁFICO 28 - ACESSO AOS SERVIÇOS DA POLÍCIA



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

No que diz respeito à percepção quanto aos registros de roubo e furto nas suas comunidades, no Gráfico 29, os(as) participantes entrevistados(as) não apresentaram uma variação expressiva durante a pandemia ou, até mesmo, comportaram-se dentro do esperado (47%). 22% considera que ficou acima do esperado, 10% pouco acima do esperado, 12% pouco abaixo do esperado e 9% muito abaixo do esperado. Há que se destacar aqui que as medidas de isolamento, provavelmente, interferiram diretamente sobre esse tipo de crime, pois estamos tratando de ações que, em geral, ocorrem nas vias públicas nos horários de maior trânsito de pessoas. A redução do número de pessoas nas ruas e nos centros comerciais, conseqüentemente, leva a uma redução no número dessas ocorrências.

GRÁFICO 29 - REGISTRO DE ROUBO E FURTO

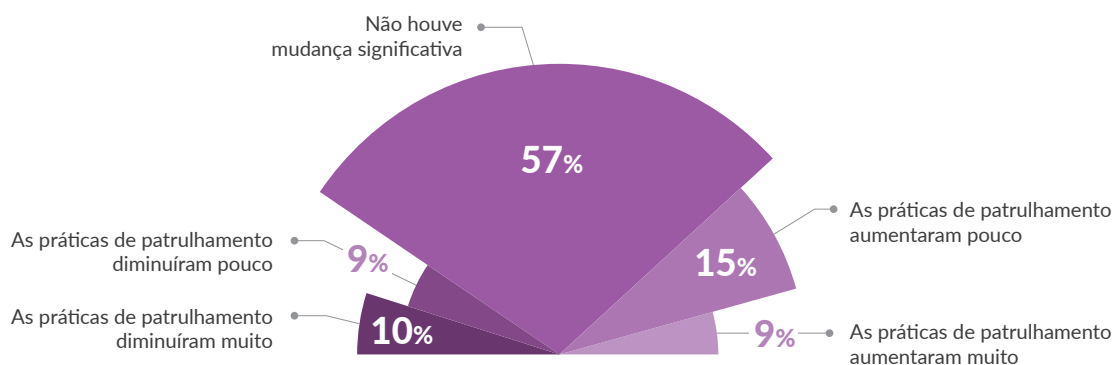


FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Apesar do registro da percepção de aumento do impacto da violência durante a pandemia, os(as) representantes das OSC entrevistados(as), conforme o Gráfico 30, quando perguntados quanto à percepção das atividades de monitoramento e patrulhamento da polícia durante o período, 57% afirmaram que não houve uma mudança significativa nestas ações nos últimos meses, 15% informaram que as práticas de patrulhamento aumentaram pouco, 9% que aumentaram muito,

9% que diminuíram pouco e 10% informam que diminuíram muito. Esta redução da presença da polícia em atividades de vigilância junto a comunidades populares pode ser também o principal vetor para a compreensão da redução, na percepção das lideranças, das práticas de violência policial durante o período.

GRÁFICO 30 - MONITORAMENTO E PATRULHAMENTO DA POLÍCIA



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

O Gráfico 31 apresenta que para 68% dos(as) participantes entrevistados(as) não houve aumento, durante a pandemia, do registro de casos de violência policial, especialmente, de mortes cometidas por policiais em serviço, tecnicamente conhecidas como “resistências seguidas de morte”, 10% informam que aumentou pouco, 10% que aumentou muito, 8% informam que reduziu pouco e 7% afirmam que reduziu muito.

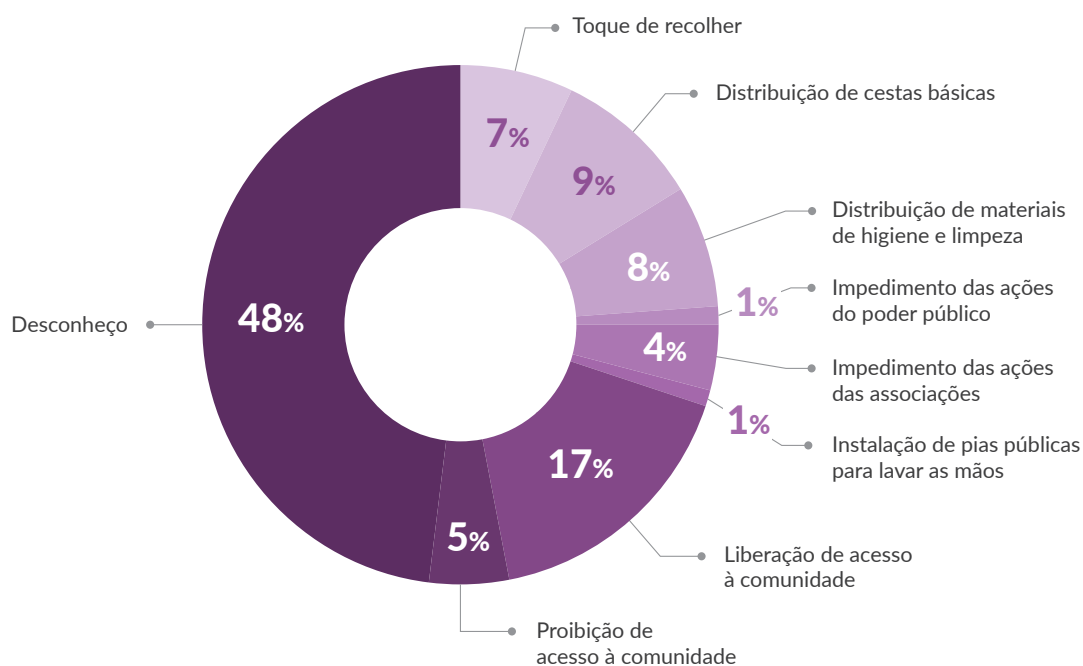
GRÁFICO 31 - AUMENTO DOS CASOS DE MORTES COMETIDAS POR POLICIAIS EM SERVIÇO



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

No que diz respeito à percepção dos entrevistados sobre as iniciativas do tráfico em relação às comunidades durante a pandemia, no Gráfico 32 observa-se que um número expressivo destes (48%) afirmou não ter conhecimento de tais medidas. É importante ponderar aqui que estamos tratando de uma pesquisa de percepção, que por sua subjetividade, é um tema delicado, até mesmo para as lideranças. Todavia, 17% dos entrevistados destacaram a liberação de acesso aos territórios pelos traficantes durante o período. Levando em conta o perfil geográfico de parte da periferia urbana de Maceió, especialmente o conjunto das grotas, é possível que o tráfico tenha influenciado nas condições de isolamento dessas comunidades e de acesso a recursos externos. Dentre outras ações ainda executadas pelo tráfico nas comunidades, de acordo com os(as) entrevistados(as) podemos citar: a distribuição de cestas básicas (9%), de materiais de higiene e limpeza (8%), o estabelecimento de toque de recolher (7%), interferência nas ações das associações comunitárias (4%), a proibição de acesso à comunidade (5%) e, finalmente, a instalação de pias públicas ou o impedimento de realização de ações do poder público nos territórios, que juntos somaram somente 2%.

GRÁFICO 32 - INICIATIVAS DO TRÁFICO EM RELAÇÃO ÀS MEDIDAS DE SEGURANÇA E ISOLAMENTO



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A última sessão do questionário buscou compreender quais os desafios e perspectivas que se abriam a partir das transformações provocadas pela pandemia de Covid-19. Quando perguntados sobre as empresas que mais desenvolveram ações durante a pandemia, os participantes da pesquisa destacaram, entre outras, a Braskem, SEBRAE, Coca-Cola, AMBEV, JBS, conforme demonstra a Nuvem 1.

NUVEM 1

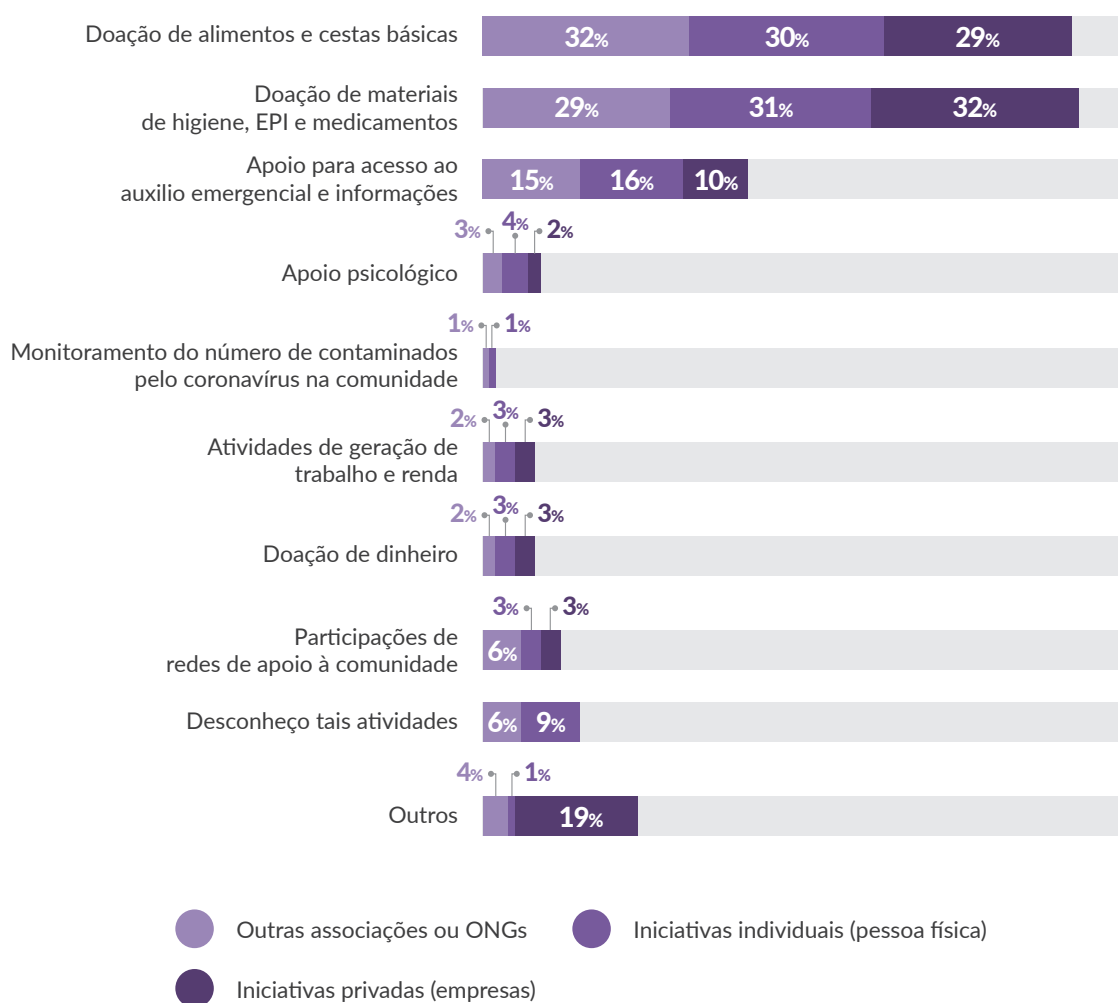


FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Quanto às ações realizadas por OSC, pessoas físicas e empresas privadas durante a pandemia na cidade de Maceió/AL, o Gráfico 33 aponta que, sobre ações das OSC, 32% dos entrevistados destacam a doação de alimentos e cestas básicas como ação mais frequente, 29% a doação de materiais de higiene, equipamentos de proteção individual e medicamentos, 15% o apoio para acesso ao auxílio emergencial e outras informações, 6% a participação em redes de apoio à comunidade, 3% ações de apoio psicológico, 2% atividades de geração de trabalho e renda, 2% doação de dinheiro, 1% monitoramento do número de contaminados pela Covid-19, e ainda 6% desconhece ações de outras OSC e 4% outras atividades. No que diz respeito às ações que foram realizadas por pessoas físicas, 31% dos entrevistados fazem referência a doação de materiais de higiene, equipamentos de proteção individual e medicamentos, 30% a doação de alimentos e cestas básicas, 16% apoio para acesso ao auxílio emergencial e outras informações, 4% apoio psicológico, 3%

atividades de geração de trabalho e renda, 3% doação de dinheiro, 3% participação em redes de apoio à comunidade, 1% monitoramento do número de contaminados pela Covid-19, e ainda 9% desconhece ações de outras OSC e 1% outras atividades. Quando perguntado sobre as ações realizadas por empresas privadas, 32% informaram que as empresas realizaram doações de materiais de higiene, equipamentos de proteção individual e medicamentos, 29% doações de alimentos e cestas básicas, 10% apoio para acesso ao auxílio emergencial e outras informações, 3% atividades para geração de trabalho e renda, 3% doação de dinheiro, 2% apoio psicológico, 1% a participação em rede de apoio à comunidade e 19% realizaram outras ações. Dessa forma, o Gráfico 33, reforça a ideia de que os itens de primeira necessidade são ações mais frequentes realizadas, e ainda o apoio para acesso ao auxílio emergencial, informações que denotam a vulnerabilidade socioeconômica das comunidades em que as OSC pesquisadas atuaram durante a pandemia.

GRÁFICO 33 - AÇÕES REALIZADAS POR OUTRAS OSC E INICIATIVAS

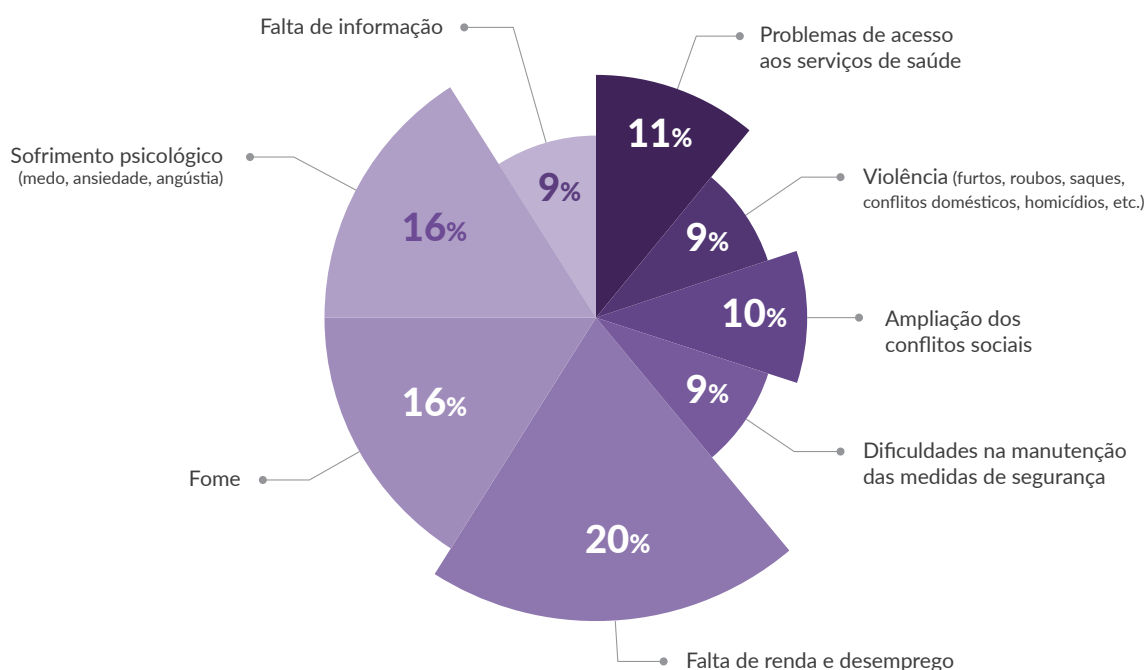


FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Sobre as OSC que mais foram lembradas pelos(as) entrevistados(as), relativamente às ações realizadas para combater as consequências da pandemia, destacam-se a Mandaver, ações das Igrejas Católicas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN), Igrejas Evangélicas, Associações de Moradores, entre outras conforme demonstra a Nuvem 2.

Quanto aos principais problemas que poderão se agravar com a continuidade da situação ou no período pós pandemia, conforme Gráfico 35, 20% revelaram preocupação com a falta de renda e desemprego, 16% risco de fome, 16% sofrimento psicológico, medo, ansiedade e angústia, 11% problemas para ter acesso aos serviços públicos de saúde, 10% ampliação dos conflitos sociais, 9% violência (furtos, roubos, saques, conflitos domésticos e homicídios), 9% dificuldades para manutenção das medidas de segurança e 9% falta de informação. Os Gráficos 37 e 38 oferecem uma leitura detalhada da gravidade com que a pandemia atinge as comunidades, gerando consequências sociais e econômicas imediatas e futuras

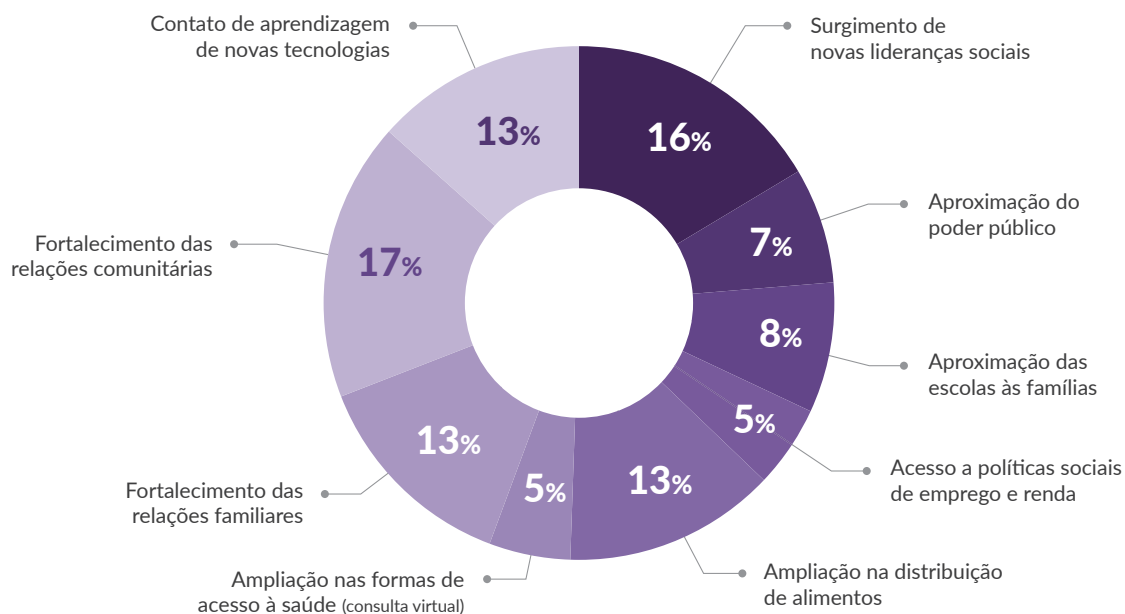
GRÁFICO 35 - PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE PODERÃO SE AGRAVAR NAS COMUNIDADES



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Os(as) participantes da pesquisa também destacaram no Gráfico 36 que a pandemia trouxe mudanças positivas: 17% destacou o fortalecimento das relações comunitárias, 16% o surgimentos de novas lideranças sociais, 13% ampliação na distribuição de alimentos, 13% fortalecimentos das relações familiares, 13% contato e aprendizado de novas tecnologias, 8% maior aproximação com as escolas, 7% maior aproximação com o poder público, 5% acesso à políticas públicas sociais de emprego e renda, e 5% ampliação nas formas de acesso aos serviços públicos de saúde (telemedicina).

GRÁFICO 36 - MUDANÇAS POSITIVAS



FONTE: Pesquisa online Sociedade Civil em Maceió/AL: respostas solidárias à crise da pandemia de Covid-19 (n = 100).
Universidade Federal de Alagoas, 2020.

DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

Os achados da presente pesquisa apresentam as diferentes ações realizadas pelas Organizações da Sociedade Civil para mitigar os efeitos da pandemia no Brasil. Nesse sentido, mesmo reconhecendo que ainda há muitas dificuldades e desafios a serem enfrentados, consideramos que as informações reunidas neste relatório, se bem utilizadas, podem suscitar a reconfiguração e o desenho de um conjunto de ações úteis no combate aos efeitos políticos, ambientais, econômicos e sociais da pandemia de Covid-19, junto às três esferas governamentais (União, estados e municípios), à iniciativa privada e ainda para as organizações da sociedade civil.

Com essa perspectiva, nesta seção, sistematizamos um apanhado de recomendações que visam potencializar e impactar de forma positiva as condições de reação da sociedade alagoana e da gestão pública e privada local frente à crise sanitária vivenciada a partir de março de 2020.

Abaixo, a partir dos dados analisados, elencamos algumas recomendações que julgamos pertinentes. Estas recomendações são sugestões, não esgotando, portanto, outras possibilidades de ação que possam vir a ser desenvolvidas junto à sociedade civil, a partir da interseccionalidade entre todos estes atores políticos da sociedade.

Conforme já sinalizamos, muito embora os resultados da pesquisa apresentada estejam circunscritos dentro do universo amostral (n = 100), as recomendações apresentadas a seguir podem ser aplicadas para um conjunto mais amplo de ação estatal e da sociedade civil, pois levam em consideração o contexto dessas medidas, a interlocução com lideranças e organizações da sociedade civil, acompanhamento em destaque do caso alagoano e, finalmente, a experiência dos seus pesquisadores a partir dos seus temas de pesquisa.

Visando a objetividade do conteúdo desta seção, optamos pela descrição sumarizada destas recomendações, ainda que não haja sobre elas qualquer ordem de prioridade:

PERFIL E CARACTERÍSTICAS DAS OSC

- As OSC e todas as instituições que atuam diretamente com a situação pandêmica devem passar por capacitação e formação contínua para que possam responder de forma qualificada às demandas emergentes que surgem, uma vez que, o que está sendo vivido por todos ainda é desconhecido, ao mesmo tempo em que as práticas organizacionais devem ser incorporadas a fim de minimizar os desafios enfrentados.
- Considerando que as OSC atuam em diferentes frentes, é necessário viabilizar a distribuição de equipamento de proteção individual para as OSC que atuam na linha de frente do combate a pandemia de Covid-19.

RELAÇÕES COM GOVERNOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

- Criação e manutenção de redes de comunicação entre as secretarias de assistência social e representantes das OSC (como grupos de whatsapp) para tirar dúvidas, fazer comunicação rápida e repassar informações adequadas.
- Fortalecer a rede federativa de colaboração entre União, estados e municípios para as ações de segurança pública.
- Fortalecer e ampliar as ações na área de assistência social realizadas pelos governos estadual e municipal que visam combater as consequências sociais e econômicas geradas pela pandemia.
- Criar dinâmicas e processos especiais para a prestação de serviços públicos estaduais e municipais em contextos de crise sanitária, nomeadamente os serviços de educação, saúde, segurança pública e transportes.

PERCEPÇÃO DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS SOBRE AS MEDIDAS SOCIAL E SANITÁRIA PARA O COMBATE À COVID-19

- Conforme percebido pela pesquisa, os líderes comunitários vêm algumas lacunas quanto às medidas de proteção social. Com isso, faz-se necessário ampliar a atenção quanto ao monitoramento dos critérios de isolamento social, especialmente, entre as comunidades populares de alta vulnerabilidade socioeconômica.
- Realizar campanhas de mobilização e sensibilização para qualificar a adesão das comunidades às medidas de contenção e proteção contra o novo coronavírus.
- Realizar campanhas de conscientização e divulgação de ações de prevenção à saúde e de atendimentos virtuais.

AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

- Fortalecer e qualificar as ações das escolas e creches públicas quanto às ações relacionadas com a segurança alimentar e nutricional, bem como com as ações de educação remota.
- Qualificar as ações de segurança alimentar e nutricional junto às OSC que atuam no contexto da pandemia de Covid-19.
- Investimento e ampliação do Banco Municipal de Alimentos, criado pela Lei 13.327 de 2002 e regulamentado pelo Decreto 42.177 de 2002, é uma iniciativa que visa adquirir alimentos da agricultura familiar, redes de varejo e atacadistas, produtos das indústrias alimentícias que estão dentro dos critérios sanitários para o consumo e do-á-los para entidades assistenciais, cadastradas no programa, assim combatendo o desperdício de alimentos.
- Ampliar a interlocução com organizações da sociedade civil, especialmente de entidades vinculadas ao combate de insegurança alimenta.;
- Fomentar a implementação de feiras orgânicas na cidade, mobilizando produtores rurais dentro do estado.
- Alimentação Escolar – garantir a aquisição de alimentos da agricultura familiar fazendo-se cumprir a Lei Nº 11.947/2009, que prevê que 30% do repasse de verba federal seja direcionado para a compra da agricultura familiar.

- Promover parceria com as Instituições de Ensino Superior no estado para promover a difusão dos conhecimentos sobre Segurança Alimentar e Nutricional.
- Fomentar a pesquisa e levantamento de dados sobre Segurança Alimentar e Nutricional que sirvam para diagnosticar e monitorar o cenário de SAN e subsidiar a gestão das políticas de saúde relacionadas ao tema.
- Incentivo à criação de observatório de segurança alimentar e nutricional.

TRABALHO E RENDA

- A manutenção de programas de transferência de renda emergencial (municipal e estadual) se faz necessário, principalmente para proteger aqueles expostos a trabalhos informais e com elevadas condições de vulnerabilidade social.
- Promover programa de formação profissional considerando os novos formatos de trabalho e os serviços remotos, além de orientações para atendimento às normas de vigilância sanitária.

PERCEPÇÃO DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS SOBRE OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO

- Organização, planejamento e disseminação de informações adequadas para OSC que atuam no enfrentamento da pandemia de Covid-19.
- Distribuição de material informativo para as OSC repassarem para população e combater as *fake news*.
- Criar canais para difusão de informações (redes sociais, rádio e TV) sobre as ações realizadas pelas OSC no contextos da pandemia de Covid-19.
- Formação e treinamento adequados para que os membros das OSC estejam mais preparados para enfrentar a crise, utilizando tecnologias e comunicações simplificadas, tais como vídeos *online* e infográficos que cheguem rapidamente nas comunidades.

PERCEPÇÃO DOS LÍDERES COMUNITÁRIO SOBRE VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

- Ampliar as possibilidades de acolher denúncias de agressões físicas, sexuais e psicológicas na esfera doméstica, especialmente para a população mais vulnerável a este tipo de violência: mulheres, crianças e idosos.
- Fundamentar a discussão federalizada de critérios e padrões de ação para as forças policiais durante a pandemia, de modo a evitar abusos e desmandos e priorizar o uso das ações de inteligência ao invés das práticas de policiamento ostensivo neste momento de exceção.
- Garantir a oferta e o monitoramento atento de recursos do Fundo Nacional de Segurança para aquisição de insumos e equipamentos adequados às demandas dos estados e municípios, bem como para a garantia extensiva de equipamentos de segurança para os agentes da segurança pública.

- Ampliar as ações de controle sanitário nas instituições prisionais, devido a insalubridade e superlotação, sobretudo pela dificuldade que o próprio poder público tem encontrado em aplicar medidas sanitárias nestes espaços.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

- Viabilizar canais de financiamento para ampliar e fortalecer as ações das OSC que atuam em contextos de grave crise, como o da pandemia de Covid-19.
- Ampliar os procedimentos de *accountability* e congruência da representação política, especialmente em contextos de crise sanitária como da pandemia de Covid-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca e Marisa von Bülow. "A sociedade civil das periferias urbanas frente à pandemia (março-julho 2020)", Relatório de Pesquisa 1 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília, 30 de junho, disponível em: <https://resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>).

BETHLEHEM, J. (2010). Selection bias in web surveys. *International Statistical Review*, 78(2), 161-188.

DUQUE FRANCO, I., Ortiz, C., Samper, J., & Millan, G. (2020). Mapping repertoires of collective action facing the COVID-19 pandemic in informal settlements in Latin American cities. *Environment and Urbanization*, 32(2), 523-546.

LEAL, L. P., & de França Filho, G. C. (2020). Solidariedade Democrática em Movimento: respostas à grande crise da pandemia de Covid-19. *NAU Social*, 11(21), 281-291.

SANTANA, Luciana e PEREZ, Olívia Cristina (org). I Série especial Parceria Nexo/ABCP: Como os governos estaduais lidam com a pandemia. *Jornal Nexo*, 10 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/especial/2020/05/10/Como-os-governos-estaduais-lidam-com-a-pandemia>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SOBRE OS AUTORES

LEONARDO PRATES LEAL

Professor do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES/UFAL). Investigador do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL). Doutorando em Ciência Política no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Portugal) e Universidade de Brasília (UnB).

MARIA AMÉLIA JUNDURIAN CORÁ

Professora do curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), mestrado em Administração (2006) e doutorado em Ciências Sociais (2011) pela mesma instituição. Realizou pós doutoramento em administração na UFBA com a temática de empreendedorismo cultural.

LUCIANA SANTANA

Professora adjunta na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estância sanduíche na Universidade de Salamanca. É líder do grupo de pesquisa: Instituições, Comportamento político e Democracia. Atualmente ocupa a vice-diretoria da regional Nordeste da ABCP e pertence à Rede Politólogas.

EMERSON DO NASCIMENTO

Professor do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Possui mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Líder do Laboratório de Estudos em Segurança Pública.

RENATA AMORIM

Graduada em Marketing pela Faculdade Boa Viagem (DeVry|FBV)/PE. Extensão em Negócios de Impacto Socioambiental pela PUC-Rio. Diretora da Mobilize Gestão Empresarial. Facilitadora do Programa APELL - Alerta e preparação de comunidades para emergências Locais.

SOCIEDADE CIVIL EM MACEIÓ/AL

Respostas solidárias à crise
da pandemia de Covid-19

REALIZAÇÃO

